Samuel de Jesus

REVESES DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

A História do Golpe de 2016
Segurança Nacional no Governo Michel Temer (2016-2018)

Editora Oeste

"Certamente este momento vivenciado pela sociedade brasileira e que culmina com o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, necessite de novos parâmetros analíticos no campo da História Política. Partimos de uma certeza, ou seja, o que ocorreu não foi somente uma ruptura institucional, mas uma inversão dos preceitos constitucionais. Dilma sofrera um processo de impeachment, antes mesmo da apreciação das contas de seu governo, referentes a 2014, pelo Congresso Nacional. Este processo foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal que ganhou suspeição, após em março de 2017, ter sido revelada a fala grampeada de Romero Jucá a Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro: bota o Michel em um acordo nacional, com o supremo e tudo".

Samuel de Jesus
Doutor em Ciências Sociais FCL UNESP
PPGCS e Professor Adjunto II
da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Contatos:
samueldj36@yahoo.com.br
https://ufms.academia.edu/SamueldeJesus

REVESES
DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

© 2019 - Samuel de Jesus

TITULO
REVESES DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

AUTOR
Samuel de Jesus

EDIÇÃO, PROJETO GRÁFICO
Editora Oeste

DIAGRAMAÇÃO
Ricardo Barbosa Porto

REVISÃO
O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor da obra.

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Foto da EBC/TV Senado (https://www.senado12.senado.leg.br/radio/1/noticia/manifestacoes-de-2013-completam-cinco-anos-neste mes)

PUBLICAÇÃO DA

Editora Oeste
www.editoraoeste.com.br
editoraoeste@hotmail.com

ISBN 978-85-45584-11-7
Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Jesus, Samuel de.
Reveses da democracia brasileira / Samuel de Jesus. -- Campo Grande, MS : Ed. Oeste, 2019.
99 p. : il. : 23 cm.

Inclui bibliografias.
ISBN 978-85-45584-11-7 (broch.)

1. Rousseff, Dilma, 1947- - Impedimentos. 2. Brasil – Política e governo – 2011-2016. I. Título.

CDD (23) 320.981

Bibliotecária responsável: Wanderlice da Silva Assis – CRB 1/1279

Samuel de Jesus

REVESES
DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Campo Grande
2019

Editora Oeste

Obra aprovada pelo conselho editorial da Editora Oeste
através da Resolução n. 111/2019.

CONSELHO EDITORIAL

Drª. Alda Maria do Nascimento Osório / UFMS
Drª. Alexandra Ayach Anache / UFMS
Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório / UFMS
Drª. Carla Dupont – Vercors, França
Drª. Eurize Caldas Pessanha / UFMS
Drª. Fabiany de Cássia Tasvares Silva / UFMS
Dr. Leo Dayan – Univ. de Paris 1 – Sorbonne
Dr. Luiz Otavio Saraiva Ferreira / UNICAMP
Drª. Margarita Victoria Rodriguez / UFMS
Drª. Maria Dilnéia Espindola Fernandes / UFMS
Drª. Myrna Wolf B. dos Santos / UFMS
Drª. Regina Tereza Cestari de Oliveira / UCDB
Drª. Soraia Napoleão de Freitas / UFSM
Drª. Silvia Helena Andrade de Brito / UFMS
Drª.Tatiana Calheiros Lapas Leão / SED-MS

UMA PUBLICAÇÃO DA

Editora Oeste
www.editoraoeste.com.br • editoraoeste@hotmail.com
Campo Grande • Mato Grosso do Sul
ISBN 978-85-45584-11-7
Tiragem: 100 exemplares.
1ª Edição - Ano 2019

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora; como pesquisa, é permitido desde que citada a fonte.

Sumário

O Golpe de 2016

Prólogo .....11.
Congresso Nacional.....15.
Supremo Tribunal Federal .....23.
Forças Armadas .....31.
A Mídia .....37.
As "ruas" e a Escola "sem" partido .....47.
Repercussões internacionais .....51.
Epílogo .....57.
Referências e fontes.....63.

Segurança Nacional no Governo Michel Temer

Introdução.....71.
Primeiros passos: sistema de inteligência.....72.
Criação do Ministério da Segurança Pública .....75.
Sistema único de Segurança Pública.....76.
Dois atores: Villas Bôas e Etchegoyen .....76.
General Mourão e as "aproximações sucessivas" .....80.
Intervenção no Rio .....84.
Villas Bôas "enquadra" o Supremo .....88.
Repressão aos estudantes da UnB.....89.
Paralisação dos caminhoneiros .....90.
Os presidentes que autorizavam execuções sumárias .....91.
Considerações finais .....93.
Referências e fontes.....95.

"Democracia é a forma de governo
em que o povo imagina
estar no poder".

Carlos Drummond de Andrade

O GOLPE DE 2016

Prólogo

Meu professor dos tempos de doutoramento na UNESP de Araraquara, Augusto Caccia-Bava, afirmava que os acontecimentos históricos impactam os paradigmas, ou seja, fazem com que mudem os referenciais analíticos. Certamente este momento vivenciado pela sociedade brasileira e que culmina com o golpe parlamentar-jurídico-midiático-militar de 2016, necessite de novos parâmetros analíticos no campo da História Política. Partimos de uma certeza, ou seja, o que ocorreu não foi somente uma ruptura institucional, mas uma inversão dos preceitos constitucionais. Dilma sofrera um processo de impeachment, antes mesmo da apreciação das contas de seu governo (no ano referente a 2014) pelo Congresso Nacional. Este processo foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal que ganhou suspeição após, em março de 2017, ter sido revelada a fala grampeada de Romero Jucá a Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro: *"bota o Michel em um acordo nacional, com o supremo e tudo"*.

Desde o nascimento da República Brasileira em 1889 estávamos acostumados com golpes militares. A República já nasceu sob a égide da espada, símbolo militar. Este golpe foi uma ação política corporativa e estamental. Deodoro fechou o Congresso Nacional. Floriano, seu herdeiro político, com mãos de ferro, superou a Revolta da Armada. Seu êxito dependeu em parte do apoio de São Paulo. Neste século, outras intervenções da caserna interromperam o processo político, tal como a Revolução de 30 que apesar da nomenclatura nada mais foi que um golpe civil com participação decisiva do Exército Brasileiro sob a liderança do General Góes Monteiro. Outros golpes irromperiam: 1932, uma guerra civil entre as forças getulistas e os insurgentes paulistas que teve desdobramentos políticos, dentre eles a Constituinte de 1934 e silenciada por outro golpe chamado *Estado Novo* (1937-1945). Este novo regime representou a coesão entre a elite industrialista e os não tão novos mandatários políticos sob a capa de Getúlio.

Em 1945, Vargas não contou mais com a sustentação militar. Os oficiais da Força Expedicionária brasileira e que combateram os nazifascistas nos campos da Itália não mais tolerariam um governo autoritário em seu país. Eram novos tempos e o "caudilho" foi intimado a se retirar. Em agosto de 1954, seus antigos sustentáculos fizeram parte da conspiração para derrubá-lo novamente. Ao fim um desfecho trágico, o suicídio de Getúlio Vargas que postergou por dez anos um Golpe Civil-Militar. Em 1964, as elites enfraquecidas frente aos sindicatos trabalhistas e sucumbindo ao herdeiro direto de Vargas, João Goulart, recorreram ao *bonapartismo* e o depuseram. Entre 1964 e 1985 ocorreriam golpes dentro do golpe. O primeiro lance foi a mudança de rumos após a saída de Castelo Branco do Palácio do Planalto. Costa e Silva adotaria a *Diplomacia da Prosperidade* em contraposição ao alinhamento do antecessor aos Estados Unidos. Começara a realização de um plano nacional-desenvolvimentista-conservador que incorporava parte do Estado de Bem Estar Social. Destas ações a construção da Rodovia Transamazônica se tornou um símbolo do projeto desenvolvimentista da Ditadura, repleto de obras faraônicas. Desde o impacto ambiental até o deslocamento de populações que se encontravam à margem do "progresso".

O Ato Institucional número 5 – AI 5 - foi considerado outro golpe dentro do golpe, pois a partir da dissolução da Câmara dos Deputados, marcado pelo discurso do Deputado Márcio Moreira Alves, foram iniciados os chamados *Anos de Chumbo*. Ocorreu a suspensão de habeas corpus, estabelecimento da censura. Neste período, o Brasil foi governado por Emílio Médici. Seu sucessor General Ernesto Geisel tentou articular a transição lenta, gradual e segura. Desafiado pelo MDB, sob a liderança de Ulysses Guimarães, aprovou a *Lei Falcão* que na prática impedia os candidatos de falarem durante a propaganda eleitoral no Rádio e na televisão. A apresentação dos candidatos era feita através da exposição de uma foto e um locutor falava o número e partido do candidato. As eleições de 1982 deixaram claro que o regime estava com seus dias contados. A emergência de lideranças como Franco Montoro, Leonel Brizola, Orestes Quércia, Tancredo Neves, Mario Covas e Lula sinalizavam que a onda democrática somente crescia. O atentado frustrado do Rio Centro (1983) não reverteria o processo de democratização do país. O movimento das Diretas Já (1983) e a candidatura de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral para Presidência da República (1985) decretaram o fim de um período traumático de 21 anos de autoritarismo.

No período entre a promulgação da Constituição cidadã em 1988 até 2016. O presidente Sarney concluiu seu mandato afiançado pelo general Sócrates Monteiro. Collor declinou ao suporte militar e caiu. O mesmo não ocorreu com Itamar que assim como Sarney recorreu ao apoio da caserna para garantir sua pos-

se. Durante os anos FHC, os militares estavam ao seu entorno, militares como o General Alberto Cardoso da Segurança Institucional. Na presidência de Lula, entre 2003 a 2010, não ocorreu grande dependência institucional do Planalto em relação aos comandos militares. No caso da administração Dilma Rousseff tornou-se ministro da defesa, o deputado Aldo Rebelo, pertencente ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

O Golpe de 2016 não necessitou de uma intervenção militar por fatores muito distintos ao momento político e também devido à relativa coesão entre amplos setores das elites brasileiras, dentre eles; o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e a mídia que agiram de forma coordenada e com o intuito de retirar a presidenta eleita em 2014 por mais de 54 milhões de votos. Recorremos aos fatos que possam confirmar e esclarecer este momento ainda conturbado da História brasileira recente e que está longe de concluir-se. O fato dos militares não estarem na proa do golpe de 2016 merece uma atenta análise. É preciso saber o que mudou na configuração política e o que permitiu aos civis tomarem o poder, praticamente sozinhos. Os militares ocuparam um papel secundário na arquitetura do golpe, mas em alguns momentos foram decisivos, por exemplo, na sustentação de Michel Temer ou na repressão aos manifestantes que exigiam sua renúncia quando foram reveladas as conversas com o dono do frigorifico Friboi, Joesley Batista. Aliado a isto, a intervenção militar no Rio de Janeiro com a alegação de combate à violência propagada pelo tráfico de drogas nos morros cariocas, sobretudo o enquadramento do Supremo Tribunal Federal, pelo comandante do Exército, na véspera da decisão sobre a concessão ou não do *habeas corpus* ao ex-presidente Lula, em 04 de abril de 2018.

Neste livro, primeiramente, abordaremos o papel da imprensa durante as eleições presidências de 2014 e seu apoio à *Operação Lava Jato*, ou seja, a narrativa dos episódios e os fatos que iriam influenciar o Congresso Nacional, sobretudo a centralidade do papel exercido pelo Deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), ex-presidente da Câmara dos Deputados e a ação do Supremo Tribunal Federal. Mencionamos os erros cruciais dos ex-presidentes Dilma Rousseff e Lula, sobretudo do Partido dos Trabalhadores que foram não menos importantes à arquitetura do golpe. O livro propõe uma reflexão ainda no calor de acontecimentos, mas uma História que deverá ser contada.

O Congresso Nacional

Sem dúvida, a Operação Lava Jato, comandada pelo então juiz Sérgio Moro, foi fundamental para o Golpe. Esta operação influiu na eleição de 2014, pois a candidata à reeleição, Dilma Rousseff, sofria um desgaste constante, afinal a mídia falava de forma incessante sobre o resultado das delações premiadas de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef. Este último: *"foi preso na Operação Lava Jato em março de 2014. A força-tarefa do Ministério Público Federal o acusou de ser o principal operador de propinas no bilionário esquema de corrupção na Petrobrás. Ele e o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa, que também fez delação, atuavam como tentáculos do PP na arrecadação de propinas". (BRANDT & AFFONSO, 2017)*

Dia 23 de outubro, em uma quinta-feira, a *revista VEJA* lançava adiantada, a sua edição semanal em dois dias. O adiantamento se devia ao fato de que naquele domingo, dia 26 de outubro de 2014, acorria o segundo turno das eleições presidenciais. A capa tinha uma foto de Dilma e Lula e no meio escrito: "*ELES SABIAM DE TUDO*". Segundo a matéria:

Com a autoridade de quem atuava como o banco clandestino do esquema, ele adicionou novos personagens à trama criminosa, que agora atinge o topo da República. Perguntado sobre o nível de comprometimento de autoridades no esquema de corrupção na Petrobras, o doleiro foi taxativo:

– O Planalto sabia de tudo!

– Mas quem no Planalto?, perguntou o delegado.

– Lula e Dilma, respondeu o doleiro.

A edição adiantada de quinta-feira da Revista VEJA pretendia mudar os rumos da eleição. Certamente foi responsável por parte da perda dos votos de Dilma na reta final. Esta orquestração entre a Justiça e os órgãos da imprensa foi constante no período do Golpe que se iniciou em 2014, antes mesmo da reeleição de Dilma e vai até a sua capitulação final em 31 de agosto de 2016.

Neste livro reservaremos uma parte para descrevermos os acontecimentos que consideramos mais relevantes sobre a atuação da imprensa, mas muitas vezes, é difícil separar onde começa e termina o trabalho da Justiça e da mesma forma onde começa e termina o trabalho da mídia, pois se confundem, afinal, quando estamos falando sobre a atuação da Justiça é impossível ignorar os efeitos midiáticos políticos destas decisões. Esses efeitos midiáticos se devem à maneira como (e quando) a mídia narra determinado acontecimento. Por outro lado a mídia é sempre alimentada pelas decisões judiciais ou por vazamentos seletivos, como o caso da gravação ilegal da conversa entre Dilma e Lula.

A vitória de Dilma foi resultado de uma polarização, embate entre um discurso liberal segundo os cânones do mercado financeiro e uma reivindicação progressista formada por um amplo leque de movimentos, defendendo bandeiras sociais e de Direitos Humanos como igualdade de Gênero, entre outras. Na composição de seu governo, Dilma decepcionou os setores que a apoiaram, pois incorporou uma agenda liberal de cortes em gastos sociais ou revisão de benefícios como o seguro-desemprego e Fundo Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Nomeou para a gestão da economia, um nome afável aos agentes do mercado financeiro, o banqueiro Joaquim Levy.

A partir dessas medidas, Dilma imaginava que aplacaria as críticas de seus opositores ao seu segundo governo, mas enganou-se, pois a elite política e a imprensa não lhe deram trégua, apesar da presidenta fazer tudo que era esperado de seu opositor, o candidato derrotado Aécio Neves. Somado a isto, Dilma perdeu a base de apoio que a elegera, o que resultou em uma queda ainda maior em sua popularidade. Os setores de esquerda se sentiram frustrados e negligenciados por

ela e isto tirou o ímpeto dos que saíram às ruas em sua defesa. Era cada vez mais difícil defender Dilma.

Em 01.02.2015, o deputado Eduardo Cunha foi eleito em primeiro turno para a presidência da Câmara dos Deputados no biênio 2015/2016 da 55ª legislatura. Ele foi eleito com 267 votos, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) foi o segundo mais votado, com 136 votos. Júlio Delgado (PSB-MG) contou com 100 votos e Chico Alencar (PSOL-RJ) teve 8 votos. Cunha foi apoiado, declaradamente, por PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PEN, PSDC e PRTB. A ex-presidente Dilma Rousseff em entrevista ao canal do YouTube chamado Brasil 247 em 31 de outubro de 2017 afirmou que a grande inflexão foi feita por Eduardo Cunha que montou um padrão de relacionamento do legislativo com a mercantilização política e tentou impor este padrão ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário. Tratou-se da mercantilização total a partir de recursos ilegais que foram distribuídos para bancar a eleição de deputados. O objetivo era obter uma maioria parlamentar. Desta maneira tentou e conseguiu a lealdade de aproximadamente 180 deputados que o fizeram chegar a Presidência da Câmara dos Deputados. Para Dilma isto foi resultado da *mercantilização* (parlamentar) que ocorre após o fim da clausula de barreira. Este processo permitiu o surgimento de partidos nanicos que passaram a negociar com os partidos maiores o tempo de televisão e o fundo partidário. A este processo deu o nome de *fragmentação* (político-partidária). (BRASIL 247, YouTube, 31,10.2017)

Em 13.10.2015, os partidos PSOL e REDE encabeçaram uma representação que pedia a cassação de Eduardo Cunha *por corrupção e por ter mentido à CPI da Petrobras sobre a posse de contas no exterior*. Em reação, o presidente da Câmara, contou com uma tropa de choque parlamentar em sua defesa no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados na qual se destacava os deputados Carlos Marun (MDB-MS), Paulinho da Força (SD-SP), Manoel Junior (PMDB-PB), Arthur Lira (PP-AL), Waldir Maranhão (PP-MA), Felipe Bornier (PSD-RJ), André Moura (PSC-PE), entre outros. Estes parlamentares conseguiram mais de seis adiamentos da sessão que decidiria sobre a possível abertura de processo contra Cunha. Quando foi finalmente aberto, o deputado Waldir Maranhão, que ocupava a vice-presidência da Câmara dos Deputados acatou o recurso de Manoel Junior (PMDB-PB) para destituir o relator, o Deputado Fausto Pinato (PRB-SP). Isto fez com que o processo voltasse ao início. ("*Quem são os líderes da 'tropa de choque' que blinda Cunha na Câmara*", BBC, 10.12.2015)

A mídia e o Supremo Tribunal Federal mantiveram Cunha intocável até o momento do impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Em 17 de dezembro de 2015 o STF reafirmou que seria aplicado, no caso de Dilma, o mesmo rito do processo do impeachment de Fernando Collor.

"Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou parcialmente procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 378, que discute a validade de dispositivos da Lei 1.079/1950 que regulamentam o processo de impeachment de presidente da República. Com o julgamento, firmou-se o entendimento de que a Câmara dos Deputados apenas dá a autorização para a abertura do processo de impeachment, cabendo ao Senado fazer juízo inicial de instalação ou não do procedimento, quando a votação se dará por maioria simples; a votação para escolha da comissão especial na Câmara deve ser aberta, sendo ilegítimas as candidaturas avulsas de deputados para sua composição; e o afastamento de presidente da República ocorre apenas se o Senado abrir o processo". (STF reafirma rito aplicado ao processo de impeachment de Fernando Collor In: Notícias STF, 2015)

O Supremo teve papel decisivo ao decidir que caberia à Câmara dar a autorização para abertura do processo de impeachment e que era prerrogativa apenas de seu presidente aceitar ou rejeitar. A Presidente da República estava nas mãos de Cunha, ou seja, através desta prerrogativa tentou obter o apoio do PT para barrar a abertura de processo contra ele no Conselho de ética da Câmara dos Deputados, pois este partido contava três deputados, membros efetivos, o que lhe daria maioria e afastaria qualquer ameaça ao seu mandato. Eram eles: Valmir Prascidelli (PT-SP), Leo de Brito (PT-AC) e Zé Geraldo (PT-PA). Em 01.12.2015, o presidente do PT Rui Falcão escreveu em seu twitter: *"confio em nossos deputados, no Conselho de ética, votem pela admissibilidade"*. Acuado e vingativo, no dia seguinte, Cunha aceitou o pedido de abertura do processo de impedimento da presidenta, então proposto pelo ex-petista Dr. Hélio Bicudo e a professora da Faculdade de Direito da USP, Janaína Paschoal. Os antiDilmistas foram ao delírio e diziam que Cunha era o seu "*Malvado Favorito*". Em 15.12.2015 os três deputados petistas votaram contra Cunha.

O processo de impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados foi patético, um circo aberto e ao vivo. Exatamente em um domingo, dia no qual os brasileiros estariam em casa descansando. Os Deputados favoráveis à destituição da presidenta dedicavam seus votos à família e aos amigos com direitos à cornetas, confetes, serpentinas e outros acessórios bizarros para o momento. Foi realmente um circo, um freak show da política brasileira. O deputado Jair Bolsonaro dedicou seu voto ao torturador Brilhante Ustra e recebeu uma cusparada do Deputado Jean Willys (PSOL-RJ). O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e hoje advogado Joaquim Barbosa em seu perfil no Twitter, desabafou: *"É de chorar de vergonha! Simplesmente patético"*. Esta votação deu continuidade ao processo de afastamento de Dilma da Presidência

"Por 367 votos favoráveis e 137 contrários, a Câmara dos Deputados aprovou às 23h47 deste domingo (17) a autorização para ter prosseguimento no Senado o processo de im-

peachment da presidente Dilma Rousseff. Houve sete abstenções e somente dois ausentes dentre os 513 deputados. A sessão durou 9 horas e 47 minutos; a votação, seis horas e dois minutos. Às 23h08, pouco mais de 40 minutos antes do fim da sessão, o voto do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) completou os 342 necessários para a autorização do processo". (Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado. In: G1, 17.04.2016)

Em 12.09.2016, apenas 15 dias, após a perda do mandato de Dilma Rousseff, Cunha teve o seu mandato cassado no plenário da Câmara dos Deputados *acusado de ter mentido ao afirmar que não possuía contas no exterior em depoimento na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).* Em 18.10.2016 o Deputado Eduardo Cunha foi preso por determinação do Juiz Federal Sérgio Moro e encaminhado para Curitiba. Segundo a versão oficial, Cunha foi preso preventivamente por agir para intimidar parlamentares que o investigavam – e o risco de que ele usasse recursos no exterior para deixar o país.

O papel exercido por Eduardo Cunha foi determinante para a deposição de Dilma da Presidência da República. Se ele não fosse um deputado tão poderoso capaz de reunir quase um terço da Câmara sob a sua liderança e se não estivesse sendo ameaçado pela Operação Lava Jato, certamente o Golpe de 2016 não teria ocorrido. O fator Eduardo Cunha é parte de um eixo golpista ou um tripé também formado pelo Poder Judiciário e a grande mídia.

Quando o Senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou para Sérgio Machado que seria preciso botar Michel Temer na presidência e fazer um grande acordo nacional com supremo e com tudo, pois aí estancaria a sangria, dizia claramente que estavam sendo ameaçados pela Operação Lava Jato e que seria preciso silenciá-la. Na verdade a revelação da fala de Jucá mostra uma coesão entre os parlamentares e o então presidente Michel Temer para se defenderem de Moro e ao mesmo tempo confirmou o golpe. Revelou que a presidenta não deu um basta nesta operação e se sentiram desprotegidos.

A saída de Dilma possibilitou observar que se por um lado Temer não conseguir travar a Lava Jato, por outro, o Congresso foi adquirindo autonomia política relativa, mais uma vez devido à hesitação do Supremo Tribunal Federal. Temer, denunciado pelo Procurador Geral da República Rodrigo Janot por duas vezes, foi amparado pelo Congresso Nacional que não permitiu que o Supremo Tribunal Federal o julgasse. Os poderes Executivo e Legislativo se mostraram unidos e resistentes à ação da procuradoria. O jornal El País informava a primeira denúncia com a seguinte manchete: *"Temer é denunciado por corrupção e se torna primeiro presidente a responder por crime durante mandato".* (BENITES, 2017)

"O presidente Michel Temer (PMDB) foi denunciado, nesta segunda-feira, 26 de junho, pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pelo crime de corrupção passiva. O peemedebista se torna o primeiro presidente brasileiro no exercício do mandato a ser denunciado por um crime comum. Caso a denúncia seja autorizada pela Câmara dos Deputados, por 342 votos dos 513 parlamentares, e aceita pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal, Temer será afastado do mandato por até 180 dias. E se for condenado, pode ficar de 2 a 12 anos preso. Na denúncia, o procurador ainda pediu que Temer pague uma multa de 10 milhões de reais, como reparação de danos coletivos". (BENITES, 2017)

Antes, unidos na deposição de Dilma, agora os poderes se encontravam em uma cisão. Por um lado Executivo e Legislativo se aglutinaram e por outro lado o Judiciário se fragmentou entre aqueles que apoiavam o Juiz Federal Sergio Moro como o Procurador Geral Rodrigo Janot e aqueles que eram pró-Temer, como por exemplo, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, Dias Toffóli e Alexandre de Moraes, ex-ministro da Justiça e indicado à vaga por Michel Temer.

Paralelamente, foi revelada a gravação feita por executivos do grupo JBS em que o senador Aécio Neves (PSDB-MG), ex-candidato à Presidência da República, combina com representantes da *Friboi*, dois milhões em propina. O senador mineiro afirmou que seu parente de nome Fred receberia o dinheiro e de fato foram reveladas imagens do recebimento deste dinheiro pelo mencionado sujeito.

Joesley– *Deixa eu te falar dois assuntos aqui, rapidinho. É...a tua irmã teve lá.*

Aécio – *Obrigado por ter recebido ela lá*

Joesley– *Tá...ela me falou de fazer dois milhões, pra tratar de advogado ...primeira coisa, num dá pra ser isso mais. Tem que ser....*

Aécio – *É?*

Joesley– *Tem que ser. Eu acho pelo que a gente tá vendo tudo, pra mim e pra você... vai ser, a primeira coisa*

Aécio – *Por que os dois que eu tava pensando era trabalhar (no processo)*

Joesley– *Eu sei, aí é que tá*

Aécio – *..... assim ó .... toma não tem, pronto. Primeira coisa. Eu consigo (...) que é pouco, mas é das minhas é das minhas lojinhas, que eu tenho, que caiu a venda pa caralho*

Aécio – *[Risos]*

Joesley– *É rapaz, isso aqui era setecentos, oitocentos.*

Aécio – *Como é que a gente combina?*

Joesley– *Tem que ver, você vai lá em casa ou ....*

Aécio – *O FRED*

Joesley– *Se for o FRED eu ponho um menino meu pra ir. Se for você sou eu. [risos] Só pra...*

Aécio – *Pode ser desse jeito...risos*

Joesley– *Entendeu. Tem que ser entre dois, não dá pra ser...*

Aécio – *Tem que ser um que a gente mata eles antes dele fazer delação [risos]*

Joesley– *[Risos] Eu e você. Pronto... ou FRED e um cara desses...pronto*

Aécio – ***Vamos combinar o FRED com um cara desse.*** *Porque ele sai lá e vai no cara. Isso vai me dar uma ajuda do caralho. Não tenho dinheiro pra pagar nada. (...). Sabe porque eu tenho que segurar esse advogado. (...) Porque não tem mais, não tem ninguém que ajuda*

Joesley– *E do jeito que tá...*

Aécio – ***Antes de ter mandado a ANDREA lá eu passei dez noites sem dormir direito****. Falei não vou não porque o cara já me ajudou pra caralho.* ***Mas não tem jeito, eu vou entrar numa merda dessa sem advogado?***

Joesley– *Você tá certo.*

Aécio – *Faz como?*

Joesley– *Pronto. O menino entra em contato com o FRED.*

Aécio – ***O menino liga pro FRED. O FRED já sai de lá e já deixa na casa do cara e acabou.***

Joesley– *Pronto. Quinhentos por semana pá pá pá. Eu acho que eu consigo. A partir da semana que vem.*

Aécio – *Primeiro liga pro FRED*

Joesley– *Pronto, eles se acertam*

FONTE: Último Segundo -
iG @ http://ultimosegundo.ig.com.br/2017-05-18/dialogo-aecio-joesley.html

O Senador mineiro foi mantido em privação de liberdade por determinação do Ministro Edson Fachin. No Congresso Nacional a grita foi geral. Inclusive o PT saiu em defesa das prerrogativas parlamentares, afirmando que a prisão de Aécio era inconstitucional. A maioria dos parlamentares alegava que se tratava de uma ingerência do poder judiciário sobre o Poder Legislativo. No Plenário do STF a Ministra Carmem Lúcia deu maioria à tese de que somente o parlamento poderia tomar tal decisão. Foi, sem dúvida, uma grande vitória da classe política frente à Justiça. Sendo assim o Senado Federal revogou o afastamento do senador Aécio Neves.

"Deflagrada em maio, a Operação Patmos, um desdobramento da Lava Jato, embasou a denúncia apresentada por Rodrigo Janot, ex-procurador-geral da República. Segundo a acusação, Aécio aceitou propina de R$ 2 milhões, repassada pela J&F, e tentou obstruir investigações da Justiça. O senador foi formalmente acusado pelos crimes de corrupção passiva e obstrução de justiça. Também foram denunciados por corrupção passiva a irmã de Aécio, Andrea Neves, o primo Frederico Pacheco e Mendherson Souza Lima, ex-assessor parlamentar do senador Zezé Perrella (PMDB-MG). Os três estão em prisão domiciliar" . (Relembre o que pesa contra Aécio Neves, Política-Estadão, 17.10.2017).

Segue ainda:

"O plenário do Senado Federal revogou nesta terça-feira, 17, por 44 votos a 26, o afastamento do senador Aécio Neves (PSDB) imposto pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal no final de setembro. A decisão do colegiado da Corte foi motivada pela acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR) com base nas delações de Joesley Batista e Ricardo Saud, da J&F. O senador foi gravado pedindo R$ 2 milhões ao empresário e está sendo acusado dos crimes de corrupção passiva e obstrução de Justiça". (Relembre o que pesa contra Aécio Neves, Política-Estadão, 17.10.2017)

Em maio de 2018, o Supremo Tribunal Federal acabou com o foro privilegiado, ou seja, não caberia mais ao STF julgar os casos de corrupção de deputados e senadores, mas a justiça de primeira instância. Este fato representou para Aécio a absolvição, pois na justiça mineira conseguiu uma decisão favorável a si.

Supremo Tribunal Federal

Em 22.07.2015 o portal de notícias UOL publicava a seguinte manchete: *"Dilma veta reajuste de até 78,6% nos salários do Judiciário"*. Apenas 20 dias depois, Luis Nassif no site de notícias GGN, escreveu: *"Supremo propõe reajuste de 41% para servidores do Judiciário"*. Em conversa grampeada, o Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB-AL), dizia a Sérgio Machado que em conversa com Dilma ela lhe disse:

"Renan, eu recebi aqui o Lewandowski, querendo conversar um pouco sobre uma saída para o Brasil, sobre as dificuldades, sobre a necessidade de conter o Supremo como guardião da Constituição. O Lewandowski só veio falar de aumento, isso é uma coisa inacreditável". (RENAN & MACHADO In: TV FOLHA 23.05.2016.)

Machado respondeu a Renan:

"Eu nunca vi um Supremo tão merda, e o novo Supremo, com essa mulher, vai ser pior ainda". (RENAN & MACHADO In: TV FOLHA 23.05.2016.)

Em 20.07.2016, o portal G1 divulgou: *Temer sanciona reajuste de até 41,4% para Judiciário e de 12% para MPU*. Aumento de forma escalonada em oito parcelas e sem vetos. Em 24.03.2016 o jornalista Reinaldo Azevedo publicou na revista VEJA: *Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Ayres Britto: impeachment não é golpe porque está na Constituição e na lei.* (AZEVEDO 2016)

O jornalista prossegue afirmando:

"Dois ministros do Supremo e um ex-ministro põem um ponto final à pantomima do Palácio do Planalto e do petismo, que insistem em chamar a normalidade institucional de golpe". (AZEVEDO, 2016).

Existiu uma grande confusão nesta fala, pois ao afirmar que o impeachment está na Constituição, o cidadão imaginou que o processo está dentro da legalidade, no entanto os motivos alegados para o afastamento da presidente não são passíveis de impeachment, ou seja, os ministros não mentiam ao afirmar a constitucionalidade do impeachment, mas também não disseram que isto caberia

somente aos crimes hediondos, por exemplo. O fato de a presidente ser afastada por crime de responsabilidade antes mesmo que o Congresso Nacional apreciasse as contas de 2014 que não correspondiam ao segundo mandato que se iniciou em 2015. Esta foi outra omissão incomensurável e que colaborou espertamente para o afastamento definitivo de Dilma.

Em 12.11.2015 eram fartas as provas contra Cunha e elas foram enviadas pela Justiça da Suíça para a Procuradoria Geral da República. Tratava-se de informações sobre a movimentação de conta bancária, como o depósito, feito na conta Orion. O último depósito de janeiro de 2014. Esta foi uma prova de que Cunha mentiu na Comissão de ética no Senado. Na ocasião, afirmou categoricamente que não possuía contas no exterior.

"Uma amostra de um mapa de movimentações financeiras no exterior associadas ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), soma, pelo menos, R$411 milhões em 58 transações por 29 contas bancárias. É o que aponta levantamento feito pelo Estado de Minas/Correio Braziliense sobre parte de documentos que o Ministério Público da Confederação (MPC), da Suíça, enviou à Procuradoria Geral da República (PGR). As transações foram realizadas entre 2007 e 2014 e embasam um inquérito contra o deputado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro". (MILITÃO & FERNANDES, 2015)

O que valeu para Delcídio (preso por planejar a fuga do ex-executivo da Petrobrás Nestor Cerveró) não valeu para Cunha. A justificativa era que o presidente da Câmara não foi pego em flagrante. No entanto era corrente que o chefe do Legislativo não seria preso, enquanto não terminasse de conduzir o processo de impeachment. Neste período o Deputado Fausto Pinato, ex-relator de seu processo, afirmou que teve medo de ser morto pelo parecer sobre Cunha. Este justificou que o dinheiro depositado na Suíça era proveniente da venda de carne enlatada para a África nos anos 1980.

Em grampo ilegal de conversa entre Lula e Dilma, feito pela equipe da Polícia Federal por determinação do Juiz Federal Sérgio Moro e vazada para a Rede Globo, Lula afirmou: *Nós temos uma Suprema Corte totalmente acovardada, um Superior Tribunal de Justiça totalmente acovardado.* (Áudio entre Lula e Dilma, soundcloud, 2016). Afirmou que a imprensa está tentando chefiar a investigação. Disse:

"É um um espetáculo de pirotecnia sem precedentes, querida. É o seguinte: eles estão convencidos de que com a imprensa chefiando o processo investigatório eles conseguem refundar a República. Nós temos uma Suprema Corte totalmente acovardada, um Superior Tribunal de Justiça totalmente acovardado, um Parlamento totalmente acovardado, somente nos últimos tempos o PT e o PC do B começaram a acordar, um presidente da Câmara fudido, um presidente do Senado fudido, não sei quantos

parlamentares ameaçados e fica todo mundo no compasso achando que vai acontecer um milagre". (Áudio entre Lula e Dilma, soundcloud, 2016)

A fala de Lula confirma o que disse Romero Jucá sobre a necessidade de deter a Operação Lava Jato. O grampo da conversa entre Lula e Dilma foi ilegal, sobretudo, pelo fato da presidenta não estar sendo investigada e também porque deveria ter sido autorizada pelo Ministro Teori Zavaski, responsável pela Operação Lava Jato no Supremo. Afinal, Moro era Juiz de primeira instância. Bastou apenas um pedido de desculpas formais de Moro à Teori e tudo resolvido. O Advogado de Lula na ONU, Sr. Geoffrey Robertson, foi categórico ao afirmar que em qualquer país da Europa, a atitude de Moro em vazar a conversa da presidente com Lula já seria o suficiente para ter sido afastado do caso. Isto não ocorreu como sabemos.

Em 16.03.2016 o Planalto, sob a Presidência de Dilma, anunciou Lula como novo Ministro da Casa Civil. Esta foi uma manobra tentada para dar foro privilegiado ao ex-presidente, pois escapara de ser preso em uma condução coercitiva determinada por Moro, semanas antes. Uma vez ministro, a investigação de Lula sairia de Curitiba e iria para o Supremo Tribunal Federal e cairia nas mãos do Ministro Teori Zavascki, juiz responsável pela Lava Jato. As reações foram imediatas no Congresso Nacional e na Justiça. No dia seguinte o juiz da 4ª Vara da Justiça Federal Itagiba Catta Preta suspendeu a nomeação do ex-presidente. Em sua decisão o juiz escreveu: *"podem ensejar intervenção indevida e odiosa em relação a atividade policial do Ministério Público e da Justiça Federal"*. Em 18.03.2016 o Ministro Gilmar Mendes suspendeu via STF a posse de Lula através de decisão liminar que atendia aos Mandados de Segurança propostos pelo PSDB e do PPS. Gilmar alegou que Lula aceitou o cargo para obter foro privilegiado e assim escapar da investigação promovida pelo Juiz Federal Sergio Moro. Classificou o gesto como *"obstrução ao processo de medidas judiciais"*. (OMS, PERES & PRES, 2016)

Politicamente era consensual que a posse de Lula representaria o fortalecimento do governo Dilma devido ao seu enorme prestígio e capital político. Isto poderia representar até uma reversão do quadro político. Até aquele momento, o governo se encontrava acuado e sem capacidade de reação. Fazia um mês e quatro dias que a posse fora barrada e a notícia do Portal G1 era: *"O Supremo adia julgamento sobre a posse de Lula na Casa Civil"*. Mais uma vez o Supremo teria um papel decisivo no golpe. Dilma continuaria a caminhar, cada vez mais solitária, rumo ao cadafalso político do impeachment.

Em 29.10.2015, Temer dá o primeiro passo rumo à deposição de Dilma. A fundação Ulysses Guimarães, ligada ao PMDB, lança o documento *UMA PON-*

TE PARA O FUTURO. Este conjunto de propostas era um aceno aos agentes do mercado. Compreendia as medidas a serem tomadas em um provável governo temer. Neste documento, os novos postulantes ao poder, em tom propositivo, mencionam a necessidade do fim de "divisões" e da "pacificação" do país. Salientaram que seria necessário tirar o país da "inércia" e "imobilidade", ocasionada pela crise política que gerou a retração do PIB e o aumento da inflação. Afirmam que o país vivia uma situação de "grave risco" ocasionado por um longo período de estagnação. Afirmam que os "agentes econômicos" precisavam de um Estado ativo, moderno e funcional e deve-se incentivar corretamente a iniciativa privada. Desta maneira defendem um "duro" ajuste fiscal para o conjunto da população.

O documento critica o governo Dilma pelos "excessos" ao criar novos programas e admitir novos servidores através de concursos públicos, assim assumindo novos investimentos para além da capacidade fiscal do Estado. Adicionado a isto os gastos constitucionalmente obrigatórios com saúde, educação, assistência social e Previdência, o que impede "ajustes". Diante deste fato o documento afirma que é preciso uma base parlamentar forte para alterar a Constituição. Em 21.09.2016, nos Estados Unidos, Temer fez um discurso em um almoço com empresários na sede da American Society, na ocasião disse:

"Há muitíssimos meses atrás, nós lançamos um documento chamado 'UMA PONTE PARA O FUTURO, porque verificamos que era impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento (...) como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou com a minha efetivação como Presidente da República". (*Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou "Ponte para o Futuro"* Carta Capital, 23.09.2016)

Em 12.05.2016 o Advogado Geral da União, o ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso afirmou, da bancada do Senado Federal, que para se destituir um presidente é preciso que se tenha cometido um ato atentatório à Constituição, um ato gravíssimo, doloso e de má fé, assim disse que não existia crime de responsabilidade no processo de impeachment. Em relação à acusação de decreto de abertura de recursos suplementares, justificou que se tratava de verbas para a Justiça Federal, Polícia Federal, Ministério da Educação, assim não foram verbas para fins indevidos e complementou afirmando que a lei orçamentária de 2015 permitia esse tipo de decreto, desde que existisse compatibilidade com as metas fiscais. Apontou o dedo aos senadores para dizer que as metas foram revistas, por eles, o que na prática daria legalidade aos decretos. Ao final citou a palavra "*golpe*" diversas vezes e finalizou chamando o direito à defesa, neste caso, de uma simulação de legitimidade para o que na verdade não passava de um golpe.

No dia 12.05.2016 sobre as vozes que proferiam em coro: *"Dilma guerreira da pátria brasileira"*, ela chegou ao púlpito para proferir seu último Discurso Oficial. Estava ladeada por ministros como Izabella Teixeira (meio ambiente), Eleonora Menicucci (Secretaria de Políticas para as Mulheres), Nilma Lino Gomes (Igualdade Racial e Direitos Humanos) Tereza Campello (Desenvolvimento Social) e Katia Abreu do PMDB que em seu governo ocupara a pasta da Agricultura e surpreendentemente permaneceu até o fim. Os homens ficaram ao fundo, dentre eles: Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo), Aloizio Mercadante (Educação) se destacavam. Disse:

"Bom dia. Bom dia senhores e senhoras jornalistas, bom dia — aqui tem parlamentares, ministros, bom dia a todos aqui. Eu vou fazer uma declaração à imprensa, portanto, não é uma entrevista, é uma declaração. Queria, primeiro, dizer a vocês e dizer, também, a todos os brasileiros e a todas as brasileiras, que foi aberto pelo Senado Federal o processo de impeachment e determinada a suspensão do exercício do meu mandato pelo prazo máximo de 180 dias. Eu fui eleita presidenta por 54 milhões de cidadãs e de cidadãos brasileiros e é nesta condição, na condição de presidenta eleita pelos 54 milhões, que eu me dirijo a vocês nesse momento decisivo para a democracia brasileira e para nosso futuro como Nação. O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com o Minha Casa Minha Vida. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais. Diante da decisão do Senado, eu quero, mais uma vez, esclarecer os fatos e denunciar os riscos para o País de um impeachment fraudulento, um verdadeiro golpe. Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu recontagem de votos, tentou anular as eleições e depois passou a conspirar abertamente pelo meu impeachment. Mergulharam o País em um estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia com um único objetivo: de tomar à força o que não conquistaram nas urnas. Meu governo tem sido alvo de intensa e incessante sabotagem. O objetivo evidente vem sendo me impedir de governar, e, assim, forjar o meio ambiente propício ao golpe. Quando uma presidente eleita é cassada, sob a acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isto, no mundo democrático, não é impeachment: é golpe. Não cometi crime de responsabilidade, não há razão para um processo de impeachment. Não tenho contas no exterior, nunca recebi propinas, jamais compactuei com a corrupção. Esse processo é um processo frágil, juridicamente inconsistente, um processo injusto, desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente. É a maior das brutalidades que pode ser cometida contra qualquer ser humano: puni-lo por um crime que não cometeu. Não existe injustiça mais devastadora do que condenar um inocente. Injustiça cometida é mal irreparável. Esta farsa jurídica de que estou sendo alvo deve-se ao fato de que, como presidenta, nunca aceitei chantagem de qualquer natureza. Posso ter cometido

erros, mas não cometi crimes. Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer. Os atos que pratiquei foram atos legais, corretos, atos necessários, atos de governo. Atos idênticos foram executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles, e também não é crime agora. Acusam-me de ter editado seis decretos de suplementação, seis decretos de crédito suplementar e, ao fazê-lo, ter cometido crime contra a Lei Orçamentária. É falso. É falso, pois os decretos seguiram autorizações previstas em lei. Tratam como crime um ato corriqueiro de gestão. Acusam-me de atrasar pagamentos do Plano Safra. É falso. Nada determinei a respeito. A lei não exige a minha participação na execução deste Plano. Meus acusadores sequer conseguem dizer que ato eu teria praticado, que ato? Qual ato? Além disso, nada restou para ser pago, nem dívida há. Jamais, em uma democracia, um mandato legítimo de um presidente eleito poderá ser interrompido por causa de atos legítimos de gestão orçamentária. O Brasil não pode ser o primeiro a fazer isto. Queria me dirigir a toda a população do meu País dizendo que o golpe não visa apenas me destituir, destituir uma presidenta eleita pelo voto de milhões de brasileiros, voto direto em uma eleição justa. Ao destituir o meu governo querem, na verdade, impedir a execução do programa que foi escolhido pelos votos majoritários dos 54 milhões de brasileiros e brasileiras. O golpe ameaça levar de roldão não só a democracia, mas também as conquistas que a população alcançou nas últimas décadas. Durante todo esse tempo tenho sido, também, uma fiadora zelosa do Estado Democrático de Direito. Meu governo não cometeu nenhum ato repressivo contra movimentos sociais, contra movimentos reivindicatórios, contra manifestantes de qualquer posição política. O risco — o maior risco para o país nesse momento —, é ser dirigido por um governo dos sem-voto, um governo que não foi eleito pelo voto direto da população brasileira. Um governo que não terá a legitimidade para propor e implementar soluções para os desafios do Brasil. Um governo que pode ser ver tentado a reprimir os que protestam contra ele. Um governo que nasce de um golpe, de um impeachment fraudulento, nasce de uma espécie de eleição indireta, um governo que será ele próprio a grande razão para a continuidade da crise política em nosso País. Por isso, quero dizer a vocês, a todos vocês que eu tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Nestes anos, exerci meu mandato de forma digna e honesta. Honrei os votos que recebi. Em nome desses votos e em nome de todo o povo do meu País, vou lutar com todos os instrumentos legais de que disponho para exercer o meu mandato até o fim. Até o dia 31 de dezembro de 2018. O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura; a dor aflitiva da doença; e agora eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói, neste momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política. Mas não esmoreço. Olho para trás e vejo tudo o que fizemos; olho para a frente e vejo tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos. Lutei a minha vida inteira pela democracia, aprendi a confiar na capacidade de luta do nosso povo. Já vivi muitas derrotas e vivi grandes vitórias, confesso que nunca imaginei que seria

necessário lutar, de novo, contra um novo golpe no meu País. Nossa democracia jovem, feita de lutas, feita de sacrifícios, feita de mortes não merece isso. Nos últimos meses, nosso povo foi às ruas, foi às ruas em defesa de mais direitos, de mais avanços. É por isso que tenho certeza de que a população saberá dizer 'não' ao golpe. O nosso povo é sábio e tem experiência histórica. Aos brasileiros que se opõem ao golpe, independentemente de posições partidárias, faço um chamado: mantenham-se mobilizados, unidos e em paz. A luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante. A luta pela democracia não tem data para terminar. A luta contra o golpe é longa. É uma luta que pode ser vencida e nós vamos vencer. Esta vitória, esta vitória depende de todos nós. Vamos mostrar ao mundo que há milhões de defensores da democracia em nosso País. Eu sei e muitos aqui sabem, sobretudo nosso povo sabe que a história é feita de luta e sempre vale a pena lutar pela democracia. A democracia é o lado certo da história. Jamais vamos desistir, jamais vou desistir de lutar. Muito obrigada a todos". (ROUSSEFF, 2016)

É comum que, após uma citação tão longa, ocorram comentários, análises e muito embora as fontes não falem por si mesmas, é preciso que as interpretações sobre este discurso permaneçam em aberto, cabendo apenas ao leitor fazer seu juízo. Ela revela uma dramaticidade, sobretudo uma consciência sobre o momento politico da vida brasileira.

Forças Armadas

Entre março e abril de 2014 estávamos relembrando os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 e pequenos grupos, em várias cidades do Brasil, foram às ruas pedindo uma nova intervenção militar. Por mais tresloucados que pareciam ser (e realmente o eram), seu gesto foi sintomático. No mesmo dia, em evento solene na Câmara dos Deputados, seu presidente, Henrique Eduardo Alves (posteriormente preso pela Operação Lava Jato), afirmou que em sua gestão jamais permitiria o ocorrido em 1964. Alves se referia ao gesto do ex-presidente do Senado Auro de Moura Andrade que colaborou com o Golpe civil Militar de 1964 ao mentir, dizendo que o presidente Goulart não se encontrava em território brasileiro e por isto a cadeira da Presidência da República estava vaga.

Em 18 de março de 2016, o Comandante do Exército Brasileiro General Eduardo Villas Bôas afirmou:

"Eu acho lamentável que, num país democrático como o Brasil, as pessoas só encontrem nas Forças Armadas uma possibilidade de solução da crise (...) Os três aspectos se interrelacionam e, em consequência, é uma crise para ser solucionada dentro desses ambientes, principalmente o ambiente político e jurídico (...) Não há paralelo com 1964, primeiro porque hoje nós não temos o fator ideológico. Naquela época, nós vivíamos a situação de Guerra Fria e a sociedade brasileira cometeu o erro de permitir que a linha de fratura da Guerra Fria [a] dividisse. Isso não existe mais. O segundo aspecto é que hoje o Brasil tem instituições sólidas e amadurecidas, com capacidade de encontrar os caminhos para a saída dessa crise (...) "Os três aspectos se interrelacionam e, em consequência, é uma crise para ser solucionada dentro desses ambientes, principalmente o ambiente político e jurídico". (*Comandante do Exército: "É lamentável clamor por intervenção militar"* In: Brasil 247, 18.03.2016)

As afirmações do Comandante do Exército, General Villas Boas, merecem ser analisadas com atenção. Em relação ao "fator ideológico", evidentemente não podemos mais falar em ameaças comunistas, embora muitos afirmassem que o PT era comunista, mas certamente o "combate à corrupção" assumiu o lugar ideológico da "ameaça comunista" e por sinônimo de corrupção entendia-se a sigla PT. A segunda afirmação sobre o fato de que o Brasil possui instituições fortes para a superação dessa crise. Cabe a pergunta: e se estas instituições não tivessem fortalecidas? As Forças Armadas iriam intervir?

Em artigo intitulado *"Apontamentos sobre o livro O Estado Militar na América Latina: as elites entre Allende e Dilma"*, este autor afirmou que:

"A previsão de vitória da presidente Dilma Rousseff em 2014 gerou tensões entre amplos setores da elite brasileira, principalmente a elite liberal obediente aos cânones do Consenso de Washington e o setor de comunicação que não consegue reproduzir seu poder (constituído em aparato midiático) em benesses e predomínio político e social. Esses setores alijados do poder geram tensões com o objetivo de criar fissuras institucionais que permitam compartilhamento ou até mesmo domínio da máquina dirigente. (...) O mais importante é a atenção em relação ao tamanho desses setores e sua capacidade de abrir brechas autoritárias definitivas e que poderão nos surpreender como em 1964". (JESUS, 2015)

O texto demonstrava sua relevância para a compreensão da conjuntura política que culminaria com o golpe ocorrido em 2016.

PRIMEIROS ABALOS DA RELAÇÃO DILMA E FORÇAS ARMADAS

Alguns acontecimentos foram determinantes para a erosão da relação entre Dilma e os militares. O primeiro deles foi a vinda dos restos mortais do presidente deposto pelos militares em 1964, João Goulart, ao Brasil. O segundo mal estar foi a convocação da Comissão da Verdade, comissão que apuraria mortes, torturas e perseguições desde os regimes do Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Em 2013, Dilma recebeu, na base aérea de Brasília com honras de Chefe de Estado, os restos mortais do ex-presidente João Goulart que morrera durante o exílio no Uruguai. Esperava também, a viúva, a ex-Primeira Dama Maria Thereza Goulart que se encontrava muito emocionada. Existem suspeitas de que os ex-presidentes JK e João Goulart foram vítimas da *Operação Condor*. O documento entregue à Comissão Nacional da Verdade, expressando o desejo da família para a exumação dos restos mortais do ex-presidente Goulart poderia restituir a verdade.

FONTE: Rede Brasil Atual

Afirmou a presidenta Dilma Rousseff, em seu perfil no Twitter, pouco antes da solenidade. *"Essa cerimônia que o Estado brasileiro promove hoje com a memória de João Goulart é uma afirmação da nossa democracia. Uma democracia que se consolida com este gesto histórico"*, disse Dilma, que ressaltou o fato de Jango ser o único presidente brasileiro a morrer no exílio, *"em circunstâncias ainda a serem esclarecidas por exames periciais"*. O gesto de receber os restos mortais do ex-presidente deposto em 1964, certamente, não foi algo agradável para a cúpula militar. Este acontecimento estava ligado à Comissão da Verdade. (*"Goulart recebe honras de Chefe de Estado nesta quinta"* EBC, 14.11.2013)

A COMISSÃO DA VERDADE

A Comissão Nacional da Verdade, em março de 2013, obteve novos documentos ao investigar a Operação Condor. Estes documentos indicavam que esta operação surgiu no Brasil em dezembro de 1970. Os documentos provas foram apresentados pelo historiador Jair Krischke em entrevista cedida à Comissão Nacional da Verdade no dia 18.03.2013 em Porto Alegre. Essa entrevista foi feita com o único sobrevivente da primeira Operação Condor.

"Jair Krischke – Já em 2007 foi pedido ao Ministério Público Federal que investigasse a morte de João Goulart. De lá para cá, o pedido de investigação já foi arquivado duas vezes sob alegação de que é impossível investigar o caso. Mas agora ele foi reaberto com a novidade de que foi entregue, assinado e formalizado em documento à Comissão da Verdade, expressando o desejo da família de que seja feita a exumação do cadáver. Esse pedido faz algumas exigências, como a de que a equipe que fará os exames seja altamente qualificada, reconhecida nacional e internacionalmente, que disponha de equipamentos capazes de, transcorridos tantos anos, fazer uma pesquisa ampla. Segunda-feira falamos que a morte de Jango é suspeita, assim como as mortes de Juscelino Kubitschek e de Carlos Lacerda. Eram três políticos brasileiros capazes de, num processo de transição, candidatarem-se e ganharem as eleições num processo de transição". (KRISCHKE, 2017)

Nos anos 70 ocorreram vários assassinatos como no caso do Uruguai, de Zelmar Michelini, Héctor Gutiérrez Ruiz, na Bolívia, de Juan José Torres, no Chile, do general Carlos Prats e, na Argentina, de Orlando Letelier, morto em Washington. Sem dúvida estes eram políticos que seriam protagonistas no processo de redemocratização de seus países. O mesmo pode-se afirmar em relação a JK e Jango. Na época de sua morte, o corpo de João Goulart não passou por uma necropsia. O certificado de óbito de João Goulart dizia apenas *"Causa mortis: enfermedad"*. O médico que assinou o atestado de óbito era pediatra, e as autoridades militares impediram que fosse feita uma necropsia para determinar a causa da morte. E por que impediram?

O retorno do corpo do ex-presidente João Goulart à Brasília foi um ato político governamental em conformidade com o ato de criação da Comissão Nacional da Verdade. Dilma estava revolvendo um passado que as Forças Armadas Brasileiras gostariam de esquecer. A volta do corpo do ex-presidente invocou a memória da Ditadura Militar e a lembrança dos crimes cometidos pelos agentes do Estado Brasileiro. Seria feita uma análise pericial para determinar a causa mortis de Goulart, devido às suspeitas de que fora assassinado.

Os despojos de Jango foram encaminhados para o Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, onde ocorreu a análise pericial que se acreditava determinaria a causa da morte do ex-presidente, assim colocando fim à dúvida sobre a possibilidade de Jango ter sido envenenado em seu exílio. A exumação do corpo foi realizada na quarta-feira (13), no Cemitério Jardim da Paz, na cidade de São Borja (RS) em um processo que durou pouco mais de 18 horas de trabalho, envolvendo 12 profissionais do Brasil, Argentina, Cuba e Uruguai. O médico João Marcelo Goulart, neto do ex-presidente, teve participação efetiva em todo o procedimento.

Em 01.11.2014, a então ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Ideli Salvatti, e os peritos criminais federais Amaury Alan Junior e Jefferson Evangelista Correa anunciaram que o resultado do laudo da perícia sobre a morte do ex-presidente do Brasil, João Goulart foi inconclusivo, pois nas substâncias analisadas não foram identificados elementos para determinar se a causa da morte foi natural ou violenta.

A criação da *Comissão Nacional da Verdade* foi algo indesejável para os militares brasileiros. Na reportagem do Jornal *O Globo,* intitulada: *Forças Armadas resistem à Comissão da Verdade* é divulgado o teor de um documento produzido pelas Forças Armadas contra a CNV. Segundo a reportagem de Evandro Éboli os militares afirmam que a CNV seria uma retaliação política que abriria uma "ferida" no amálgama nacional, além da criação de tensões ao trazer de volta, o que consideram fatos superados, pois muitos que os vivenciaram estavam mortos.

Afirma a reportagem:

"BRASÍLIA - Apesar da decisão da presidente Dilma Rousseff de bancar como prioridade a criação da Comissão Nacional da Verdade, as Forças Armadas resistem ao projeto e elaboraram um documento com pesadas críticas à proposta. No texto, enviado mês passado ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, os militares afirmam que a instalação da comissão "provocará tensões e sérias desavenças ao trazer fatos superados à nova discussão". Segundo reportagem de Evandro Éboli na edição desta quarta-feira do jornal O GLOBO, para eles, vai se abrir uma "ferida na amálgama nacional" e o que se está querendo é "promover retaliações políticas". Elaborado pelo Comando do Exército, o documento tem a adesão da Aeronáutica e da Marinha. No texto, os militares apontam sete razões para se opor à Comissão da Verdade, prevista para ser criada num projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em 2010. Os militares contrários à comissão argumentam que o Brasil vive hoje outro momento histórico e que comissões como essas costumam ser criadas em um contexto de transição política, que não seria o caso. "O argumento da reconstrução da História parece tão somente pretender abrir ferida na amálgama nacional, o que não trará benefício, ou, pelo contrário, poderá provocar tensões e sérias desavenças ao trazer fatos superados à nova discussão". As Forças Armadas defendem que não há mais como apurar fatos ocorridos no período da ditadura militar e que todos os envolvidos já estariam mortos. "Passaram-se quase 30 anos do fim do governo chamado militar e muitas pessoas que viveram aquele período já faleceram: testemunhas, documentos e provas praticamente perderam-se no tempo. É improvável chegar-se realmente à verdade dos fatos". (*Forças Armadas resistem à Comissão da Verdade*. In: O Globo. 08.03.2011)

A criação da Comissão Nacional da Verdade foi algo indigesto e que causou uma repulsa da cúpula militar ao Governo Dilma e ela sequer tinha ideia de seu impacto sobre os comandos. Seria mais um fato que destruiria a cada vez mais frágil sustentação de seu governo. A Comissão da Verdade representaria uma ruptura dos militares com a presidente Dilma e como posteriormente foi demonstrado, faria com que apoiassem o Golpe de 2016.

FONTE: planalto.gov.br

A Mídia

Em 2013, manifestantes fizeram protestos violentos na sede da Rede Globo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Lançaram pedras e coquetéis molotov contra a fachada da emissora. Carros do SBT foram pichados. No dia 18.07.2013 a *Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT* – repudiou estes atos. O vídeo publicado no canal do *YouTube*, intitulado *"Político sem vergonha"* reuniu imagens de várias manifestações dirigidas aos repórteres da Rede Globo que cobriam os protestos. Diziam em coro: "*Ei rede globo v.t.n.c"* ! O vídeo mostra os manifestantes na sede da Globo de São Paulo, em frente a *Ponte Estaiada*, também em Brasília na frente do Congresso Nacional, na sede da globo Rio de Janeiro e Salvador e na avenida paulista, em Madri e Nova Iorque, de forma uníssona diziam: *"O povo não é bobo, abaixo à rede Globo"*. Em outra imagem, manifestantes cercam o repórter Caco Barcelos que se encontrava visivelmente irritado e tentando se esquivar da multidão. Foi a primeira vez que observamos protestos efetivos contra as Organizações Globo.

FONTE: Brasil 247

A revista Veja de 03.07.2013 elegeu um *"inexpressivo líder de passeatas"* publicou uma foto de Maycon Freitas (31 anos na época), tiradas em um estúdio profissional com o rosto pintado de verde e amarelo e com megafone nas mãos, logo acima estava escrito: *"a voz que emergiu das ruas"*. Ele foi o entrevistado das páginas amarelas. Tratava-se de um jovem *"técnico de segurança do trabalho que*

vive de bicos e já trabalhou como camelô e dublê". Ele reproduziu o mesmo discurso presente nos editoriais da revista e se dizia desiludido com Lula e o PT nos quais votou em 2002, afirma que: *"Abandonaram a bandeira da ética, que era deles, e, pior, acabaram inventando o mensalão"*. Defendeu uma tese que passou a fazer parte das manifestações de 2013, a rejeição aos partidos, afirmou: *"Os partidos de hoje são grupos fechados que só serve para os políticos formarem conluios bem longe da vontade do povo"*. Demonstrou uma aversão pelos posicionamentos políticos e que iria, logo mais tarde, fomentar o discurso da antipolítica e do apartidarismo: *"Não somos de direita ou de esquerda, nem de centro. Queremos ajudar a melhorar a sociedade, e não ficar fazendo discurso. Quem diz que somos de direita é o pessoal de certos partidos políticos que não entende por que não nos aliamos a eles"*. Critica o governo Dilma: *"O que vimos a Dilma falar até agora não passou de marquetagem. Não é mexendo na Constituição que vamos avançar no Brasil, mas, sim, fazendo valer o que está escrito nela"*. (*A voz que emergiu das ruas*. Revista Veja de 03.07.2013)

Entrevista MAYCON FREITAS

ALVARO LEME

A voz que emergiu das ruas

O jovem que reuniu milhares de pessoas em manifestações no Rio abomina a corrupção, não confia em partidos, exige melhores serviços e diz que não vai deixar de protestar

Não podemos entrar para a história como um povo que lutou por centavos. O que queremos é uma democracia melhor

FONTE: jornal GGN

Maycon também chamou atenção por suas afirmações publicadas nas redes sociais que além de demonstrarem uma tendência ao extremismo, faz sarro com a reportagem da revista Veja. *"Galera tive uma ideia. Que acham de eu chegar la no Congresso em Brasília, me acender e tacar fogo em geral? Sei fazer isso, hein olhem o link abaixo.* (indica um vídeo do "youtube: "corpo em chamas dublê Maycon Freitas") *Logico que antes tenho que mandar os bons políticos saírem antes. Que acham? Quem sabe não viro esse "Herói" que todos estão falando kkkkkkkkkkk"*.

FONTE: Brasil 247

A revista *Veja* vinha a algum tempo militando contra Lula e Dilma, mas este caso beirou o *fake News*, pois tentou eleger um líder de forma automática, algo tão efêmero que *"a voz que emergiu das ruas"* não passava de um rapaz "tolo" que fazia apologia ao extremismo.

FORA DO *SCRIPT*

Professores convidados para os programas como o *Globo News Painel* começaram a questionar abertamente Sérgio Moro, um deles foi o professor da Escola de Sociologia e Política, Aldo Fornazieri, falou: *"O poder Judiciário, inclusive os procuradores. Eles tem que se ater a duas questões: aos fatos e a lei. Quando você cria a lei em movimento que era uma coisa que os nazistas faziam muito bem. Eles não tinham uma lei fixa, mas faziam do próprio movimento"*. A jornalista Renata Lo Prete, interrompeu-o de forma abrupta e questionou-o: *"Desculpe Aldo, mas preciso fazer uma ponderação aqui (….) em que momento isto teria acontecido, lei em movimento? Não há evidencia disso"*. Renata segue defendendo Moro ao dizer que ele tem sido reconhecido pelos seus pares, referindo-se tanto o Tribunal Federal da 4ª Região quanto o Supremo Tribunal Federal. (Aldo Fornazieri, Mídia Ninja, 2018)

O professor Fornazieri responde: *"Na verdade, Moro é expoente desse processo, mas o Judiciário como um todo, está contaminado"* continuou dizendo que a condução coercitiva, por exemplo, é aplicada de forma *"distorcida"*. Aldo estava se referindo ao fato de que a condução coercitiva somente poderia ocorrer, caso o intimado pela Justiça não comparecesse na data e hora marcada e não como vinha ocorrendo, ou seja, com a busca feita pela Polícia Federal já na primeira convocação. (Aldo Fornazieri, Mídia Ninja, 2018)

No mesmo programa *Globo News Painel* exibido em 07.04.2018 que discutia a prisão de Lula e seu impacto para a política e a justiça. A âncora Renata Lo Prete perguntou para um dos convidados, o sociólogo Celso Rocha Barros, sobre as perspectivas políticas com a prisão de Lula. O convidado respondeu: *"eu não vejo essa perspectiva de que isso foi o início da fase gloriosa da Lava Jato...do impeachment até agora a Lava Jato não teve vitórias políticas, ele teve várias antes, depois do impeachment não teve nenhuma, e a vitória de agora foi contra a mesma turma de quem ela ganhava antes do impeachment"*. Dizia que não existia nada de novo na Lava Jato, apenas a seletividade já conhecida: *"o que, para mim, teria garantido que a lei é para todos, é se o Temer tivesse caído no episódio do Joesley, um negócio que teria um efeito político enorme para a direita, imenso. Se o Eduardo Cunha tivesse caído no processo de impeachment, quando se tinha evidência"*. Segue afirmando que os desdobramentos da Operação Lava Jato pesaram mais para o PT: *"e aí a gente poderia comparar com a esquerda que perdeu um mandato presidencial com a Dilma e um candidato favorito este ano"*. Mencionou a ameaça dos militares, antes da votação do *habeas corpus* de Lula: *"Quando é o julgamento do Lula o chefe das forças armadas vem a público com ameaças de um golpe de Estado e não fez nada disso quando se julgou duas denúncias contra Temer no Congresso."* E novamente dá uma estocada na turma de Moro: *"então eu só vou me convencer da História da 'Lei é para todos' que, aliás é o nome do filme lá da Lava Jato quando eu ver o outro campo, o pessoal da centro-direita pagando custos políticos que a esquerda pagou"*. E finaliza ironizando: *"se prenderem Temer ano que vem. Quem é Michel Temer ano que vem? A gente não vai lembrar nem o nome dele. Se pegarem o Aécio ano que vem? Quem é Michel Temer ano que vem? Que importância tem o Aécio Neves nessa altura do campeonato?* (O sociólogo Celso Rocha de Barros questiona se a lei é para todos em entrevista a Renata Lo Prete, YouTube, 07.04.2018)

Em 23.10.2014, Theófilo Rodrigues em seu texto intitulado, *"Espelho fascista de Merval Pereira"* menciona o artigo publicado por este jornalista em "O Globo" no qual disse que se Dilma ganhasse as eleições, o Brasil poderia caminhar para o fascismo, o que significava, para ele, o controle econômico da mídia no Brasil. Quando Dilma ganhou, Merval foi um dos primeiros jornalistas a defender livremente um golpe contra Dilma. No dia de sua reeleição, indignado disse: *"a maneira como ela ganhou a eleição apertada dessa maneira...não fortalece a vitória dela"*. A mesma Renata Lo Prete o questionou: *"Eu acho o seguinte Merval...as dificuldades de Dilma Rousseff reeleita com dificuldades foram tão grandes e tão variadas (…) um sobrevivente que ganha a eleição é uma vitória política que foi possível para ela, com um resultado que ninguém discute"* Merval respondeu: "*estou discutindo a qualidade da vitória dela que faz com que ela não vire uma líder do PT...ela vai ter problemas dentro do PT"* . Lo Prete, respondeu: "*ela nunca foi líder do PT"*.

A *Globo News* é um canal de notícias via cabo, parte integrante das Organizações Globo que demonstrava, perceptivelmente, uma oposição militante ao governo e uma dessas evidências pode ser verificada na coletiva de imprensa, concedida pelo presidente estadunidense Barack Obama, quando Dilma visitou os EUA. Em 29.06.2015 a presidente foi recebida pelo, então, presidente estadunidense. Estava visivelmente enfraquecida pelo início do processo de impeachment. Já não possuía o mesmo ímpeto de antes, quando cancelou a viagem aos Estados Unidos devido à revelação dos grampos da NSA, órgão ligado a CIA. Em entrevista coletiva concedida, Obama fez questão de responder uma pergunta da correspondente (Sandra Coutinho do canal *Globo News*) direcionada à presidente Dilma. Sandra, perguntou: *"presidente, o Brasil se vê como um líder global no cenário mundial e os Estados Unidos veem o Brasil como um cenário regional. Como conciliar essas duas visões?"* Obama interferiu e indicou que gostaria de responder, mesmo essa pergunta não tendo sido feita para ele e de certa forma corrigiu a jornalista brasileira. Afirmou que os Estados Unidos viam o Brasil não como um poder regional, mas como uma potência mundial.

FONTE:planalto.gov.br

O GRAMPO DO JUCÁ

Jucá: *Tem que ter o impeachment. Não tem saída.*

Jucá: *Tem que mudar o governo para estancar essa sangria.*

Machado: *Rapaz. A solução mais fácil era botar o Michel.*

Machado: *É um acordo, botar Michel, num grande acordo nacional.*

Jucá: *Com o Supremo, com tudo.*

Machado: *com tudo, aí parava tudo.*

Jucá: *É. Delimitava onde está. Pronto.*

Machado: *O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege todo mundo.*

Jucá: *conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem ó, só tem condições (...) sem ela (Dilma).*

Machado: *Tem que ter uma paz, um*

Jucá: *Eu acho que tem que ter um pacto*

(JUCÁ & MACHADO. In: TV Folha 23.05.2016).

Sobre este diálogo entre o então senador Romero Jucá e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, a jornalista Eliane Catanhêde e Merval Pereira na segunda-feira, 23.05.2016, afirmavam que Jucá estava blefando, pois não teria tanto poder assim, ao ponto de envolver Congresso, STF e Forças Armadas. Na quarta, com a revelação das gravações da conversa entre Sergio Machado e o ex-presidente José Sarney, a tese dos jornalistas do canal a cabo *Globo News* (sobre o blefe de Jucá) revelaram-se frívolas. Machado e Sarney voltaram a falar do senador Aécio Neves e foi revelado outros tantos nomes como o do deputado Pauderney Avelino, o senador Fernando Bezerra, entre outros.

Nas conversas entre Machado e Sarney comentam sobre a Ditadura do Judiciário ou a *"Ditadura da Toga"* apoiada pela parcialidade e a seletividade da mídia em relação à Dilma e avaliam que pretendem tomar o poder para terminar seu *"trabalho",* assim a saída seria a queda de Dilma para que fosse aplacada as ações do Judiciário e da mídia, conversam:

Sérgio Machado: *Não teve um jurista que se manifestasse. E a mídia tá parcial assim. Eu nunca vi uma coisa tão parcial. Gente, eu vivi a revolução (…) Não tinha esse terror que tem hoje, não. A ditadura da toga tá f…*

José Sarney: *A ditadura da Justiça está implantada, é a pior de todas!*

Sérgio Machado: *E eles vão querer tomar o poder. Pra poder acabar o trabalho. (…) Faz uma ponte que eu possa, que é melhor porque tá tudo grampeado. Tudo essas coisas. Isso é ruim.*

Sérgio Machado: *Só tem uma solução, presidente, é ela sair.*

José Sarney*: Ah! Sim.*

(MACHADO & SARNEY. In: Brasil 247).

A conversa entre Sarney e Machado demonstrou a percepção da classe política em relação à atuação política da mídia. Antes, esta crítica à Globo e setores da mídia estava apenas na boca dos chamados *"petistas"*, mas quando esta gravação é revelada começamos a escutar palavras proferidas por figuras da classe política,

apesar de ser previsível, mas a fala oficial da classe política, até então, não questionava o papel da imprensa.

MORO E A MÍDIA

Quem criticou a relação entre o juiz Sérgio Moro e a imprensa, foi o advogado de Lula na ONU. Em sua visita ao Brasil, Mr. Geoffrey Robertson, afirmou em entrevista ao site: *Jornalistas LIVRES* publicado em 04.09.2017 que na Europa é inadmissível o grau de envolvimento de um juiz com setores da mídia. De fato Moro e sua equipe não se fizeram de rogados ao receberem diversos prêmios dos setores de comunicação que possuem uma posição diametralmente contrária à Lula e o Governo Dilma. O jornal *O Globo* de 06.12.2016 noticiou que a Operação Lava-Jato era destaque do prêmio INNOVARE que, segundo a matéria jornalística, premia boas iniciativas dentro do sistema judiciário brasileiro. As Organizações Globo são a principal patrocinadora deste prêmio. Na ocasião o premiado foi o procurador da Lava-Jato, Deltan Dallagnol. Em 06.12.2017 a revista *Isto é* noticiou que elegera Sergio Moro como o *"Brasileiro do ano 2017"*. Um ano antes, em 2016, na mesma premiação anual, foi tirada uma foto em que se destaca uma descontração, proximidade e até intimidade entre o senador mineiro Aécio Neves e o Juiz Sérgio Moro. No plano geral o juiz se encontra ladeado do empresário Abílio Diniz e nas cadeiras da fileira da frente, pode-se ver o então Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, o governador de São Paulo Geraldo Alckmin e Michel Temer. A foto foi amplamente usada pelos partidários e simpatizantes do PT como um demonstrativo cabal da seletividade da Operação Lava Jato que não investigava os partidários do PSDB.

FONTE: Diego Padigurschi/Folha Press

A *Folha de S. Paulo* do dia 07.02.2018 publicou que Moro recebeu o prêmio *"pessoa do ano"* nos Estados Unidos. O prêmio foi concedido pela Câmara de Comércio Brasil e Estados Unidos (MARTÍ, 2018). A entidade destacou a atuação

deste juiz no caso do mensalão e na condução da Operação Lava Jato. O portal G1 de 26.04.2016 noticiou que Moro foi homenageado entre as personalidades *"mais influentes do mundo"*, destaca ainda que foi o único brasileiro na lista de cem personalidades homenageadas pela revista estadunidense, chamada TIME.

Mr. Geoffrey Robertson é um advogado internacional de Direitos Humanos, ex-juiz das Nações Unidas e membro especial do Conselho Interno de Justiça das Nações Unidas, define-se como um especialista em juízes, envolvido com o julgamento de juízes e com a Lei Internacional de Direitos Humanos. Atuou pela *Human Rights Watch* no caso contra o ex-ditador Chileno Augusto Pinochet, detido no Reino Unido devido a uma decisão do juiz espanhol Baltasar Garzón. Era acusado de crimes contra espanhóis residentes no Chile, durante a ditadura chilena na qual foi líder. Na Colômbia foi inquiridor no caso da compra de armas israelenses por Pablo Escobar. Com estas armas realizou atentados contra políticos colombianos. Em sua entrevista aos jornalistas LIVRES afirmou que *"a neutralidade de um juiz de julgamento precisa ser evidente. E ninguém pode imaginar que o juiz envolvido no processo de acusação, supervisionando a acusação, poderia em seguida dar a volta e tornar-se o juiz do julgamento"*. Afirma que o sistema jurídico brasileiro é arcaico *"mesmo que vocês tenham esse sistema há 200 anos, ele vem da inquisição católica em que você tem um grande inquisidor que faz tudo, que investiga e então sentencia (...) não é sistema justo"*. Salienta a seletividade de Moro através da Operação Lava Jato e o vazamento das gravações da família de Lula e também conversas com seu advogado, afirmou: *"Ele tem ordenado somente medidas contra Lula, em seu caso soltou os áudios com conversas entre Lula e sua família e até com seu advogado. Isso é vergonhoso"* (ROBERTSON, 2017)

Ainda sobre Moro e sua relação com a mídia...

"pode ser um bom propagandista anticorrupção, mas ele não é um juiz. Ele nunca deveria estar na função de juiz, pelos padrões internacionais (...) e enquanto ele vai a desfiles encorajando a demonização de Lula e vai ao filme sobre (contra) Lula. Ele é alguém que adora publicidade a si próprio e ao fazer isso ele danifica qualquer aparência de equidade". (ROBERTSON, 2017).

A certa altura da entrevista ele emenda ao falar sobre a corte de apelação ao qual Lula recorreu (referia-se ao Tribunal Regional Federal da 4ª região) disse: *"Você vai a uma corte de apelação e o que acontece? O Ministro-Chefe da Corte manifesta que a decisão de Moro é impec*ável, antes mesmo de tê-la lido*!!* Mostrando indignação pergunta metaforicamente: *"que tipo de República de bananas é esta? O Brasil vai virar uma piada se for permitido que juízes se comportem dessa maneira"*. (ROBERTSON, 2017).

A mídia é um dos artífices do golpe de 2016, inquestionavelmente. Foi e, é um ator político. Elencamos aqui e ao longo do texto sua ação orquestrada

com outros atores golpistas, como o baixo e alto clero da justiça brasileira. Foi conivente com o deputado Eduardo Cunha até a deposição de Dilma. A mídia encetou a versão oficial do golpe, foi uma fábrica de indignações superficiais, revoltas estimuladas pelo senso comum, pelo boato e desinformação. Uma vez Temer na cadeira de presidente, a imprensa tentou legitimar a reforma trabalhista, do ensino e, sobretudo da previdência. Colocaram-se como defensores das reformas, diziam que o Brasil precisava delas. Passaram a considerar o mercado como um ator político, como uma entidade política tão ou mais importante que o presidente da República. A televisão criou uma narrativa estereotipada, capaz de construir um imaginário social baseado em representações ideológicas. Seu método foi oferecer ao telespectador a versão da notícia, ou seja, quando a notícia é divulgada, logo em seguida, surgem comentadores que interferem no processo de raciocínio de quem está assistindo, ou seja, não divulgam apenas a notícia, mas dão a sua versão sobre ela. Impedem que o telespectador faça suas interpretações e conexões de forma autônoma.

As “ruas” e a Escola “sem” partido

O Governo Dilma (2011-2016) cometeu seus pecados políticos capitais e isto permitiu o surgimento de uma tensão que foi extrapolada nos movimentos de junho de 2013. Ocorreram impasses institucionais criados pela inação do governo. Muitas questões estavam exigindo grandes respostas de seu governo. As lutas pela terra no Brasil que resultam na morte de missionários, índios e pessoas engajadas na luta pela terra, desalojamento violento de comunidades como a do Pinheirinho e da Aldeia Maracanã, contestações à aprovação do código florestal, e o avanço da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, a manutenção e suporte a José Sarney e a volta de Renan Calheiros, o fato do governo ter se encontrado refém da bancada evangélica no Congresso Nacional, o que resultou na escolha do pastor Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos, além disso, a aprovação da lei que decide sobre a assistência às mulheres que praticaram o aborto, sobretudo a falência do ensino público. Esse quadro se somou aos preparativos para a Copa do Mundo que envolveu um investimento do Governo Federal da ordem de mais de cem bilhões de reais. A *Lei Geral da Copa* passou por cima de leis nacionais como a que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol. A Copa do Mundo realizada com dinheiro público, seus ingressos caríssimos e a corrupção na construção dos estádios, por exemplo, o Tribunal de Contas da União obrigou a devolução de mais de quatrocentos milhões de reais aos cofres públicos no caso da construção do estádio Mané Garrincha em Brasília. Todos estes acontecimentos geraram uma revolta, após o anúncio da Prefeitura de São Paulo, administrada por Fernando Haddad, anunciar o aumento de 0,20 centavos na tarifa dos transportes. Um movimento inicialmente inexpressivo foi ganhando volume e nas semanas seguintes se espalhou por todo o país.

Em junho de 2013, os protestos, promovidos inicialmente pelo *Movimento do Passe Livre,* tornaram-se uma revolta que reuniu diversas bandeiras, chamada; a *Revolta dos Coxinhas*. Essa revolta possuiu resultados inesperados pelo fato de não ter uma liderança efetiva e um manifesto, assim permitiu a adesão de setores sociais de esquerda, direita e extrema direita empunhando as mais diversas bandeiras. Enquanto passavam os dias e o movimento crescia assustadoramente, começaram a existir

distorções devido à adesão das camadas sociais dominantes, dentre eles os setores de comunicação que se utilizaram da revolta e tentaram direcioná-la ao governo federal e "esqueceram" de mencionar o caráter generalizado da revolta, ou seja, a sua contrariedade às políticas tanto dos governos do PSDB quanto do PT e demais partidos.

FONTE: gazetadopovo.com.br

Ao seu final, até mesmo grupos de extrema direita estavam indo às ruas. Os setores à direita ainda pediam pelas redes sociais a renúncia da presidente Dilma. Os membros do *Movimento Passe Livre*, ao verem que o movimento tinha extrapolado sua reivindicação inicial (a redução da tarifa dos transportes públicos), cunhada na expressão *"Você acha que é só por 0,20?"*, não tentaram dar outro direcionamento a ele, o que na prática se resumiria a escrever finalmente um manifesto onde deixariam claro seu caráter e objetivos, por outro lado, se o fizessem já seria tarde, pois o movimento tinha sido tomado. Foi um fracasso do MPL, pois colheu resultados diferentes daqueles esperados e ao final, fortaleceu seus opressores.

Das passeatas de junho de 2013, somente os grupos de direita e extrema direita saíram fortalecidos, dentre eles; o *Movimento Brasil Livre* (MBL), que defendia a liberdade absoluta para o mercado, privatizações, Estado-mínimo e o fim das políticas distributivas. *Revoltados On Line* que pedia a volta da Ditadura Militar (1964-1985) e o *Movimento VEM PRÁ RUA!* Liderado por Rogério Chequer da Juventude do PSDB e ligado a Aécio Neves. Possuíam uma mistura de moralismo, conservadorismo e discurso de combate à corrupção que para eles se encontrava sintetizado no governo do PT, assim eles ganharam notoriedade. No MBL se destacaram Kim Kataguiri e Fernando Hollyday que apesar de possuir origem negra fez apologia ao fim do sistema de cotas e chegou a se eleger vereador em São Paulo. A mídia não questionou a origem destes "movimentos" e os considerou como movimentos espontâneos.

O Movimento Brasil Livre é um movimento patrocinado pelos irmãos Koch, grandes empresários do ramo petrolífero identificados com a extrema-direita. O documentário "A nova roupa da Direita" comprovou esta ligação. MBL é a

sigla fantasia da organização *"Estudantes pela Liberdade"* em inglês: *"Students of Liberty"* (SFL). Isto se deve ao fato da legislação estadunidense proibir a atuação política de suas fundações e sendo assim era preciso outro nome. O SFL é financiado por uma *rede de fundações de direita, dentre elas; a* Atlas Network que nos últimos vinte anos recebeu, aproximadamente, 800 milhões de dólares em doações feitas *pelo Institute of Human Studies* (IHS) e a *Cato Institute*, organizações vinculadas aos irmãos Koch. No momento do impeachment estes grupos foram capazes de reunir milhares na paulista e pequenos grupos por todo o país. Apesar de não terem conseguido um movimento generalizado, pois Dilma contava com outros movimentos que a apoiavam, grupos como o MBL ajudaram na formulação do discurso de que as ruas queriam a saída da presidenta. (AMARAL, 2016, p. 50, 51).

"Escola Sem Partido"

FONTE: Laerte

Após o golpe de agosto 2016, vários projetos conservadores ganharam força, dentre eles o *Programa da Escola Sem Partido*. Antes, em novembro de 2015, os estudantes secundaristas de São Paulo ocuparam mais de 205 escolas contra a reorganização escolar que foi proposta pelo então governo Alckmin cujo objetivo era fechar 95 escolas estaduais. A ocupação foi até dezembro e se espalhou por Estados como o Paraná. Este Estado paralisou mais de 831 escolas em outubro de 2016 contra a PEC 241 (do teto de gastos para a educação e saúde por 20 anos). Tornou-se um movimento vitorioso e que demonstrou de forma surpreendente a reação dos jovens ao processo de falência premeditada da educação pública. O projeto *"Escola Sem Partido"* foi uma reação dos setores conservadores a estas mobilizações estudantis. Eles imaginavam que sua motivação não fora espontânea, mas estimulada por professores "partidários" e "ideológicos". O anteprojeto de Lei Federal que visou instituír o *"Programa Escola sem Partido"* afirmava em seu Artigo 5º. No exercício de suas funções, o professor:

I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

III – não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria;

Art. 6º. As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 90 centímetros de altura por 70 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas.

Art. 8º. Os alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio serão informados e educados sobre o conteúdo desta Lei.

Art. 9º. O ministério e as secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato.

(Programa Escola sem Partido, 2016).

Trata-se de uma interferência na autonomia do professor, uma censura prévia às suas opiniões, ideologias, credo religioso, pois os consideram doutrinadores que fazem politica partidária e incitam os alunos a participarem de manifestações, passeatas e protestos. Desta maneira visam interferir no processo pedagógico ao obrigar o professor a ensinar as diversas teorias e perspectivas tidas como ideologicamente de direita, obriga a fixação de cartazes informando sobre esta lei.

A Constituição Brasileira de 1988 se inicia com a Garantia dos Princípios Fundamentais, reservada a todos os cidadãos brasileiros os direitos inalienáveis como a Liberdade de expressão, o pluralismo político. No capítulo II *Dos Direitos e Garantias Fundamentais* é garantida a livre manifestação de pensamento, assim como a livre expressão da atividade intelectual. O Titulo II *das Garantias e Direitos Individuais: dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos*. No artigo 5° parágrafo IX afirma: é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Estas são cláusulas pétreas e que não deverão sofrer nenhuma alteração. O fato atual que ignora os Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira, por exemplo, em Campo Grande - MS, o Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal queria impedir professores de tratar de assuntos relacionados à política, gênero, economia e cultura nas escolas públicas e particulares.

Esta lei ignora a Constituição Federal. Leis como esta representam o retrocesso democrático e são fruto de grupos conservadores fundamentalistas que pretendem suprimir a democracia e implantar na prática um regime teocrático no Brasil que é a fusão entre Estado e Religião.

Repercussões internacionais

Em 2009, a revista *The Economist* colocou, na capa, a imagem do cristo redentor subindo ao céu na forma de um foguete com a inscrição: *"Brazil Takes Off"* ou seja, *"O Brasil decolou"*. A preocupação com o modelo de desenvolvimento brasileiro, sabemos posteriormente, rendeu muitas espionagens. A descoberta do Pré-sal seria a grande notícia a coroar esse grande momento do Brasil que passou a reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que conferiria ao Brasil o papel de um novo *global player* no sistema internacional.

Em 2012, o quadro já era outro, pois o então Ministro da Fazenda Guido Mantega, visivelmente constrangido, anunciava o "PIBinho". Em 1º de março, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou o "PIBinho" de 2012: 0,9%, o mais baixo desde a crise econômica internacional deflagrada em setembro de 2008. Considerando o crescimento de 2,7% de 2011, os dois primeiros anos do mandato Dilma alcançaram a média de 1,8%. Em 2012, apesar de um crescimento de 1,7% no setor de serviços e de 3,1% no consumo das famílias, a indústria recuou 0,8% e a agropecuária, 2,3%. A queda da taxa de investimentos chama a atenção: 4% – em aquisições de maquinário, o recuo foi de 9,1%. (BRASILINO, L. OJEDA, I. 2013).

Depois de quatro anos, em 2013, o quadro mudou. A mesma revista *"The Economist"* antes otimista com o Brasil publicou em sua capa uma imagem que seria a continuação da primeira. Nesta, porém o cristo redentor, que na primeira edição subia o céu na forma de um foguete, agora, dá uma guinada para o lado, perde o rumo e cai. Embaixo está escrito *"Has Brazil Blown It"*, ou seja, *"O Brasil estragou tudo"*. Tudo parecia que ia dar certo, mas deu errado.

Três anos depois, em 2016, com o golpe, o jornal estadunidense The New York Times afirmou que "Dilma Rousseff Targeted in Brazil by Lawmakers Facing Scandals of Their Own" traduzido para o português *"Dilma Rousseff é alvejada no Brasil por legisladores que enfrentam escândalos próprios"*. A matéria menciona a figura do deputado Paulo Maluf descrito, informalmente, pelo slogan: *"Ele rouba, mas faz"* que de forma hipócrita invocou a moralidade e honestidade como argumentos para votar favoravelmente ao impeachment. Segundo o jornal:

"Paulo Maluf, um deputado brasileiro, é tão assediado por seus próprios escândalos que seus eleitores o descrevem com o slogan "Rouba mas faz". Ele rouba, mas faz. Mas, como uma série de outros membros do Congresso brasileiro atormentados por escândalos, Maluf diz que está tão farto de toda a corrupção no país que apoia a destituição da presidente Dilma Rousseff. "Eu sou contra todas as negociatas duvidosas que esse governo faz", disse Maluf, 84 anos, um ex-prefeito de São Paulo que enfrenta acusações nos Estados Unidos que roubaram mais de 11,6 milhões de dólares em um esquema de propina. O impulso para impedir a Sra. Rousseff está ganhando força. Uma votação crucial para enviar seu caso ao Senado para um possível julgamento é esperada para o fim de semana, e vários dos partidos políticos em sua coalizão governista a abandonaram esta semana, deixando-a especialmente vulnerável". (*Dilma Rousseff Targeted in Brazil by Lawmakers Facing Scandals of Their Own.* In: NYT 14.04.2016).

O prêmio Pulitzer Glenn Greenwald fala, na CNN, sobre Eduardo Cunha, envolvido em corrupção e que continua a presidir a Câmara dos Deputados e conduzindo o processo de impeachment. Falou:

"A pessoa presidindo o processo de impeachment na Câmara, Eduardo Cunha, é alguém que, já se sabe, ocultou milhões de dólares em propinas. Não há nenhuma possibilidade que não envolva corrupção. Ele não tinha uma fortuna, nenhum negócio le-

gítimo. Milhões de dólares escondidos em contas bancárias na Suíça. Ele é alguém que está presidindo a Câmara. E eles todos estão vindo à frente, um por um, todos acusados de corrupção e dizendo 'nós devemos tirar a presidente por corrupção'. E surpreendentemente, a própria Dilma é uma das poucas pessoas que não são acusadas de receber propina". (Glenn Greenwald fala à CNN sobre o Brasil. In: CNN, 21.04.2016).

O jornal britânico *The Guardian* de 29.08.2016 publicou artigo de seu correspondente para a América Latina, Jonatham Watt. A matéria possui o seguinte título: "Brazil president Dilma Rousseff comes out fighting in impeachment trial" traduzido para o português *"A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sai lutando no julgamento por impeachment"*. A matéria destaca que os homens que estão à frente do impeachment, principalmente o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e o presidente do Senado Federal Renan Calheiros são acusados de corrupção. (*Brazil president Dilma Rousseff comes out fighting in impeachment trial, The Guardian*, 29.08.2016)

"Eduardo Cunha, o poderoso porta-voz da câmara baixa que lidera o processo de impeachment, está sendo julgado no mais alto tribunal do país, o Supremo Tribunal Federal, sob acusações que embolsaram até US $ 40 milhões em propinas. Cunha, um comentarista de rádio cristão evangélico e economista que publica regularmente o Twitter, citando a Bíblia, é acusado de lavar os ganhos através de uma megaigreja evangélica. (...) Renan Calheiros, o líder do Senado, que também está na cadeia de sucessão presidencial, está sob investigação sobre as alegações de que recebeu denúncias no gigantesco escândalo em torno da petrolífera nacional, a Petrobras. Ele também foi acusado de evasão".

Em 31 de agosto de 2016, o portal de notícias da EBC publicou a seguinte manchete: Imprensa internacional diz que impeachment de Dilma esconde problemas do Brasil. A reportagem reúne a recepção de importantes veículos de comunicação do mundo que viram de forma negativa o processo de impeachment, dentre eles o New York Times que *afirmou que a decisão do Senado encerra uma "luta de poder que consumiu a nação [brasileira] durante meses e derrubou um dos mais poderosos partidos políticos do hemisfério ocidental"*. Na França, o jornal francês Le Monde repercute a declaração de Dilma que *ao comentar o resultado da votação, afirmou que a dramatização de sua queda, a denúncia de um "golpe" ameaçando a jovem democracia brasileira, seu passado de guerrilheira, seu sofrimento e resistência à tortura durante a ditadura militar (1964-1985) não aplacaram a decisão dos juízes (senadores).* O jornal britânico *The Independent* revelou que os apoiadores de Dilma afirmaram que as *"acusações apresentadas contra ela foram sempre um pretexto para retirá-la de poder sem uma eleição"*. Ao final, a reportagem lembra que *Dilma tem desafiado os que a acusam de ter manipulado o orçamento e afirmado que o processo de impeachment constitui um 'golpe'*. O jornal lembra uma frase que Dilma pronunciou no Senado: *"Agora a única coisa que eu temo é o fim da democracia"*.

O material sobre o golpe no Brasil em 2016 publicado na imprensa internacional é farto e a maioria não é favorável à destituição de Dilma. Causa surpresa o conjunto de informações que dispõem sobre a situação política brasileira. Segundo o estadunidense *Wall Street Journal* de 31 de agosto de 2016:

"Dilma Rousseff, ex-guerrilheira esquerdista que desafiou uma ditadura, mas lutou como presidente do Brasil, foi destituída do cargo na quarta-feira após um julgamento por impeachment que ela condenou como um golpe. Longe de acabar com a longa crise política do Brasil, sua saída deixa novos líderes do país diante da mesma economia e do eleitorado furioso e dividido que atormentou Dilma Rousseff. O Senado do Brasil votou 61-20 para condenar Dilma por acusações de que ela usou manobras ilegais de contabilidade para esconder um crescente déficit orçamentário, considerado um crime impugnável em uma nação com um histórico de hiperinflação e má administração fiscal. Dois terços dos 81 senadores brasileiros, ou 54 votos, foram necessários para remover Rousseff do poder". (Dilma Rousseff Ousted in Historic Brazil Impeachment Vote. In: Wall Street Journal, 31.08.2016).

O jornal estadunidense ressalta que os argumentos para o impeachment baseado na tese do ocultamento de um crescente déficit orçamentário são frágeis, pois o país historicamente convive com a hiperinflação e má administração fiscal.

Segundo o editorial do jornal espanhol *El País* o impeachment contra Dilma foi um *golpe baixo*.

"A demissão da presidenta brasileira Dilma Rousseff, aprovada ontem pelo Senado por 61 votos a favor e 20 contra, constitui um golpe para o funcionamento institucional de um país que há décadas e com esforço se tornou exemplo de democracia consolidada região para todos os partidos políticos responsáveis pelo delito separado ter usado um procedimento de impeachment previsto na Constituição para casos extremamente graves e foram ajustados para jogos políticos míopes, independentemente dos danos a legitimidade democrática. Em uma república presidencialista, a demissão do chefe de Estado é um fato extremamente importante, uma exceção ao sistema que permite ao Parlamento revogar a vontade popular e demitir qualquer pessoa que tenha sido diretamente levantada nas urnas à mais alta instituição do Estado. Portanto, só pode ser usado em casos excepcionais e de forma muito dispendiosa, sob pena de criar uma grave crise política e institucional". (Golpe bajo en Brasil In: El País 01.09.2016)

O jornal menciona que o impeachment é resultado de uma jogada política e afirmou que é um ato antidemocrático por revogar a vontade popular. A Al Jazeera que cobre o noticiário do Oriente Médio e Ásia, noticiou assim o processo de impeachment:

"Dilma Rousseff foi destituída do cargo de presidente do Brasil depois de uma votação há muito esperada no Senado do país. Sessenta e um dos 81 senadores votaram no impeachment de Rousseff na quarta-feira, após um julgamento de cinco dias e um longo debate durante a madrugada. "Hoje é o dia em que 61 homens, muitos deles acusados e corruptos, jogaram 54 milhões de votos brasileiros no lixo", disse Dilma Rousseff em uma mensagem no Twitter minutos depois da decisão. Em uma votação separada na quarta-feira, os senadores decidiram não ir a Dilma buscar um cargo público pelos próximos oito anos. Lucia Newman, da Al Jazeera, reportagem da capital Brasília, disse que Dilma Rousseff, que estava assistindo a sessão do palácio presidencial, deve realizar uma coletiva de imprensa na quarta-feira. Falando aos repórteres após a votação, José Eduardo Cardozo, advogado de Dilma, disse que o ex-presidente apelaria de seu impeachment. Mas várias moções apresentadas ao tribunal mais alto do país durante o processo de impeachment falharam. O ex-vice-presidente de Rousseff, que se tornou rival, Michel Temer, de 75 anos, será empossado como presidente na quarta-feira até a próxima eleição marcada para o final de 2018. Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, de esquerda, é acusada de contratar empréstimos estatais ilegais para remediar buracos orçamentários em 2014, mascarando os problemas do país à medida que ele entra na recessão mais profunda. Ela disse ao Senado que era inocente, dizendo que o julgamento do impeachment equivalia a um "golpe de Estado" de direita. Rousseff impeachment afirmou que foi o preço que ela pagou por se recusar a anular uma ampla investigação policial sobre o gigante estatal de petróleo Petrobras, dizendo que os políticos corruptos conspiraram para derrubar a ela para inviabilizar a investigação bilhões em propinas na empresa. Ela disse que foi "uma ironia da história" que ela seria julgada, não cometeu, por pessoas acusadas de crimes graves. (*Brazil's Senate strips Dilma Rousseff of presidency*. In: Al Jazeera, 01.08.2016).

A reportagem da *Al Jazeera* finaliza dizendo:

"Partido dos Trabalhadores de Rousseff e seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, são responsáveis por levantar cerca de 29 milhões de brasileiros da pobreza. Mas muitos agora culpam o partido, e Rousseff em particular, pelos múltiplos males do país".

Os jornais internacionais demonstram a percepção de que o processo de impeachment não foi legitimo do ponto de vista político, apenas tratou-se de um golpe dado por políticos de reputação duvidosa, muitos implicados nas investigações da Operação Lava Jato. Questiona-se a manutenção de Eduardo Cunha à frente da presidência da Câmara dos Deputados, um notório político com provas fartas de seus delitos e ainda assim foi mantido no cargo para conduzir o processo de destituição da presidenta eleita. Os jornais desconsideram como algo relevante as "pedaladas fiscais". Classificam como um argumento torpe que esconde objetivos muito pouco democráticos.

Epílogo

A deposição da presidente Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, revelou as bases do sistema político calcado no financiamento privado. Isto corroeu as bases do sistema democrático. Esta conjuntura se intensificou a partir de 1993 com a CPI das empreiteiras e sucessivas comissões parlamentares de inquérito como a *CPI do BANESTADO*. Esta comissão responsável por investigar transferências ilegais de dinheiro da corrupção aos bancos de países considerados paraísos fiscais, terminou sem Relatório Final, o que despertou desconfianças de que poderia atingir tanto PT quanto PSDB. A CPI do Mensalão revelou a utilização pelo PT do velho esquema: EMPRESÁRIOS-GOVERNO-POLÍTICOS. Os empresários doadores financiavam os políticos com base em contrapartidas que iam desde a concessão de benefícios fiscais ou fraude em licitações. É deste período a hipocrisia em tentar atribuir apenas ao Partido dos Trabalhadores o famigerado *MENSALÃO* que era uma prática costumeira no Congresso Nacional. Desde os anos 90 se noticia a formação de uma ala ruralista formada por políticos financiados por fazendeiros, agropecuaristas e latifundiários, aglutinados na União Democrática Ruralista (UDR) controlada politicamente pelo senador goiano Ronaldo Caiado. Essa bancada representa um obstáculo determinante à aprovação de uma ampla reforma agrária no Brasil e mais recentemente vislumbrou a aprovação da transferência da decisão de demarcação de terras indígenas para o Congresso Nacional onde, evidentemente, possuem uma influencia política capaz de travar a demarcação de novas áreas. Outra bancada em destaque é chamada *bancada da bala*, bloco de parlamentares financiados pelo deputado do Distrito Federal, Alberto Fraga. Esta bancada foi responsável pelo plebiscito que permitiu a comercialização das armas de fogo em território nacional. A chamada bancada evangélica, formada por bispos evangélicos que vetam a discussão sobre a assistência (pelo Sistema Nacional de Saúde) da mulher que praticar o aborto e sem ser processada judicialmente. Estes exemplos demonstram a presença muito marcante das empresas, corporações e grupos religiosos que ao financiar a eleição de determinado deputado espera como contrapartida a defesa de seus interesses e, em detrimento dos interesses coletivos.

Eduardo Cunha entendendo esta "dinâmica" do Congresso Nacional reuniu um conjunto de empresas para formar um fundo bilionário com o intuito de eleger uma bancada de parlamentares. Isto seria preponderante à sua eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados. Eleito, passou a ser o número 2 da República, a figura mais importante da política brasileira, depois de Dilma. Encontrou na presidenta, uma adversária dura e inflexível que não se viu sua refém. Evidentemente que Cunha fez com que seu governo ficasse cada vez mais fraco e isto se deveu a diversos outros fatores. No início do segundo mandato de Dilma o país estava polarizado, dividido. O candidato Aécio Neves não reconheceu a vitória, inclusive pediu recontagem de votos e se uniu aos perdedores para promover manifestações contra Dilma. Ela foi diplomada sobre protestos, apesar de sua vitória ter sido inegável. Neste momento a imprensa também fazia oposição, os jornalistas mais afoitos diziam que Dilma foi eleita com os votos de pessoas ignorantes e que não sabiam o que estavam fazendo. A tentativa foi de desqualificar sua vitória. Disseram que era o voto de analfabetos políticos que votaram devido aos benefícios como a Bolsa Família, ou seja, Dilma foi eleita porque tinha um público cativo beneficiário dos programas de seu governo. Para eles, isto soava como um *populismo antidemocrático.* Na verdade, setores da imprensa, em um surto elitista, não reconheciam os votos dos nordestinos e nortistas como o povo do Acre que deu a vitória à Dilma nos momentos finais. Defendiam o voto de um grupo de esclarecidos, ou seja, uns eram mais eleitores do que os outros. Uma inversão patética de quem não aceitou a derrota. O fato é que as elites não tolerariam mais uma derrota nas urnas, sobretudo mais quatro anos do governo do PT em associação com o fisiológico PMDB. Por outro lado ocorreu uma implosão na aliança que até, então sustentara Dilma. O erro fatal foi quando Lula esperava a concessão de Dilma para voltar em 2015 e a presidenta não abriu mão de sua candidatura à reeleição. A campanha de 2014 já demonstrara uma divisão do país, sobretudo estimulada pelas manifestações de junho de 2013. A campanha já indicava o enfraquecimento Dilma e sua perda de capital político. Era preciso ter perguntado sobre as suas chances de governabilidade, caso ganhasse. O fato de ter ganhado com uma pequena margem de votos, não ofereceu a oportunidade de negociar uma coalizão, capaz de trazer a oposição para perto do governo. Um segundo mandato de Dilma já era preocupante, no entanto o pior foi reconduzir a aliança com o PMDB, sobretudo não pela figura de Temer, mas pelo fato de que não existia um consenso dentro do partido, pois muitos aderiram à campanha de Aécio Neves. Neste momento quem garantiu a aliança foi o então vice-presidente Michel temer. Lula, antes, tinha tentado buscar uma aliança com o PSB de Eduardo Campos, então governador de Pernambuco que ensaiava os primeiros passos rumo a uma candidatura própria, mas a conversa não prosperou. Eleita, Dilma deu uma guinada ao liberalismo. Tentou de forma inócua adotar o

receituário de Aécio Neves, ou seja, implantar uma política de "austeridade" que na prática era o arrocho na classe trabalhadora, sobretudo na classe média que não pretendia pagar a conta também. Procurou rever o seguro-desemprego, programas como o *Minha casa, minha vida*, multa por demissão sem justa causa e o FIES, por outro lado aumentou preço dos combustíveis e tarifas de energia. Mesmo assim suas ações soavam tímidas para os agentes da banca, do mercado, do sistema financeiro. O governo imaginou que alguns reajustes aplacariam sua oposição, no entanto não puderam imaginar o tamanho dos apetites dos empresários e da elite que não queriam apenas concessões, mas tomar controle do Estado e utilizá-lo de forma antirrepublicana na defesa de seus interesses imediatos.

Os deputados e senadores reclamavam que o governo não atendia suas demandas, ou seja, provia recursos financeiros, ou pagava por seu apoio. O mensalão demonstrou que para se sustentar o governo deveria comprar a maioria do Congresso Nacional e isto dava um poder absoluto a empresários como a empreiteira Odebrecht ou os irmãos Batista do grupo JBS. Essas mesmas empresas doavam para todos os partidos, no caso das eleições de 2014, doaram para PT, PMDB, PSDB e PSB de Eduardo Campos. Eles nutriam a classe política ao regar suas ambições com imensos pacotes de dinheiro vivo. A promiscuidade política ilhou Dilma e a tirou o ar político vital. Por outro lado, completamente fora do eixo, a presidenta declarava que seu governo dava autonomia à Polícia Federal. Na consulta interna da Procuradoria Geral da República que colocou o nome de Rodrigo Janot para um segundo mandato como Procurador Geral da República, a Presidente da República afirmou que escolhia Janot, o primeiro da lista tríplice enviada a ela. Afirmou que este era um gesto que demonstrava seu apreço pela autonomia das instituições republicanas. Ao dizer isto, os membros do Congresso passaram a vê-la como uma ameaça. Dilma continuou a ter oposição da Procuradoria Geral da República e dos membros do Congresso Nacional.

Parecia que ela não estava disposta a jogar o jogo tal como ele se apresentava. Tentou conduzir de forma Republicana, uma situação nada republicana e que envolvia não apenas um jogo de interesses, mas um mercado político, um mar de negociatas e mamatas, nunca antes vista da História republicana e que fora atribuída ao seu governo por amplos setores da Justiça Brasileira. Sobre Dilma não foi possível à justiça brasileira fazer uma investigação que a denunciasse. O máximo que Moro, o juiz de primeira instância, fez, foi atribuir a Lula um apartamento tríplex em Guarujá e um sítio na cidade de Atibaia que não constam legalmente como propriedade do ex-presidente, mas da empreiteira OAS. Segundo Moro as visitas de Lula e uma reforma bancada pela empreiteira comprovaria suas "convicções". A Justiça investigou a compra da usina de Pasadena, Estados Unidos, pela Petrobrás,

quando Dilma era presidente do Conselho Administrativo da empresa petrolífera estatal brasileira, mas as investigações não foram conclusivas. De qualquer forma isto se refere ao período em que a ex-presidente não tinha chegado ao Planalto.

Para quem imaginava que um governo do PT era semelhante a um governo do PSDB ou até mesmo do PMDB observou seu engano a partir de 2016. Com Temer, passamos a ver o desmonte do Estado Brasileiro de uma forma acelerada. Rapidamente José Serra aprovou o *PL 131* que retira a exclusividade de exploração do *pré-sal* pela empresa estatal petrolífera brasileira *Petrobrás*. Isto na prática abriu a exploração do petróleo brasileiro às multinacionais *Shell* e *Chevron*. Congelou através da PEC 241 os gastos em saúde e educação por 20 anos, aprovou a reforma trabalhista sob o argumento do *combinado acima do legislado*, ou seja, incentivaria uma suposta negociação entre patrões e empregados, o que na prática não ocorre, pois o empresário possui a prerrogativa de demissão dos trabalhadores devido ao enorme exercito de reserva ocasionado pelos crescentes números de desemprego. Até o momento, está em pauta a privatização da estatal Eletrobrás. O projeto de lei do *Programa Escola Sem Partido* esteve em tramitação e recentemente foi retirado pelo seu relator o senador capixaba Magno Malta, mas seus filhotes estão aí, recentemente duas cidades paulistas Araraquara e São José do Rio Preto aprovaram o Programa Escola Sem Partido em âmbito municipal. Temer enfrentou duas denúncias, a primeira por corrupção passiva e a segunda de organização criminosa e obstrução de Justiça, ambas feitas pelo Procurador Geral Rodrigo Janot, mas nos dois casos, as denúncias foram barradas pela Câmara dos Deputados.

No dia 03.04.2018, um dia antes do Supremo decidir a concessão de *habeas corpus* a Lula, o Comandante do Exército General Eduardo Villas Bôas mandou um recado ao STF, dizia dentre outras coisas que as forças armadas estavam de acordo com a vontade da maioria do *cidadão de bem* e que estava ciente da missão institucional, ou seja, foi um enquadramento do STF visando negar o *habeas corpus* ao ex-presidente. Este fato foi um *revival* dos tempos da ditadura. Se antes existiam dúvidas, agora uma aterradora certeza atingia a todos, ou seja, a participação dos militares na política. A ameaça teve efeito. Lula perdeu de 6 x 5. A sua prisão definitiva somente ocorreria no dia 07.04.2018. Este certamente foi mais um movimento do golpe e que avançou, ou seja, neutralizou o candidato da esquerda com chances reais de voltar ao Palácio do Planalto.

A democracia brasileira enfrenta seus reveses, agoniza e não sabemos até quando resistirá. Cada passo dado pelos dirigentes políticos segue no sentido de criar anteparos necessários à sua manutenção no poder. É nítida agora, uma aliança entre Executivo, Congresso, STF e militares. A prisão de Lula foi o último grande lance, pois demonstrou coesão entre o que queria a Operação Lava

Jato e o que pretendia Temer para ter chances reais à corrida presidencial, pois acreditava que se o ex-presidente estivesse fora do páreo, suas chances estariam acesas, afinal tinha o controle da máquina estatal. Em maio de 2018 o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre o fim do foro privilegiado. Na prática esta decisão foi favorável aos corruptos, pois os processos saíram do Supremo e foram para a primeira instância da Justiça, ou seja, para seus currais políticos e eleitorais, onde exercem influencia sobre os juízes, assim afastavam o risco de prisão. O futuro segue incerto, imprevisível, no entanto é clara a erosão da política e o nascimento da antipolítica e de espíritos antirrepublicanos frente ao que se apresenta e assim não está descartada uma aventura autoritária de extrema-direita com resultados, também imprevisíveis.

Em junho de 2019, o site The Intercept divulgou supostas conversas entre o então Juiz Sérgio Moro (atual Ministro da Justiça e Segurança Pública do Governo Bolsonaro) e o Procurador da Lava Jato Deltan Dallagnol. A gravação das conversas obtidas pelo jornalista estadunidense Glenn Greenwald indicam que a Operação Lava Jato se comportou como um partido político não oficial ao tentar influir no processo político e eleitoral de 2018 ao condenar o ex-presidente Lula, que ocupava o primeiro lugar nas pesquisas eleitorais à Presidência da República em 2018. Estas denuncias carecem de investigação do Ministério Público Federal e comprovação da autenticidade do material revelado. Caso, sejam confirmadas, reforçam a tese de Golpe contra a democracia brasileira

Referências e fontes

A resistência ao golpe de 2016 / Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum e Wilson Ramos Filho (orgs). Bauru: - Canal 6, 2016. (Projeto Editorial Praxis). http://www.canal6.com.br/amostras/Iniciais_Aresistenciaaogolpede2016.pdf

TV 247 ENTREVISTA DILMA ROUSSEFF *In:* canal BRASIL 247, YouTube, 31,10.2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6hDjcABqfeQ Extraído em 18.05.2018

BRASILINO, L.; OJEDA, I. Por que o PIBinho? 08 de Maio de 2014. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1406 extraído em 08/05/2014.

CARDOSO JR., J. C. et al. (orgs.). **Resistência e Contestação:** sociedade brasileira e comunidade internacional contra o golpe de 2016. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

CARDOSO JR., J. C.; BERCOVICI, G. (orgs.). **República, Democracia e Desenvolvimento:** contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília: IPEA, 2013.

GENTILI, P. (ed.) **Golpe en Brasil**: Genealogía de una farsa. Buenos Aires: Clacso/ Octubre Editorial, 2016.

GUIMARÃES, J. et al. (orgs.). **Risco e futuro da democracia brasileira**: direito e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

JINKINGS, I. et al. (orgs.). **Porque gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MATTOS, H.; BESSONE, T; MAMIGONIAN, B. (orgs.). **Historiadores pela Democracia:** o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda Ed., 2016.

NEPOMUCENO, E. et al. Brasil: **Golpe de 2016**. Madrid: Ambulantes, 2016.

PRONER, C. et al. (orgs.). **A Resistência ao Golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016a.

PRONER, C. et al. (orgs.). **A Resistência Internacional ao Golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016b.

RAMOS, G. T. et al. **A Classe Trabalhadora e a Resistência ao Golpe de 2016.** Bauru: Canal 6, 2016.

JESUS, S. de. **As Elites e o "Bonapartismo" Latino-americano**. *In* Academia.edu, 2014. Disponível em https://www.academia.edu/12310270/A_Atualidade_do_Livro_O_Estado_Militar_na_Am%C3%A9rica_Latina_de_Alain_Rouqui%C3%A9_o_bonapartismo_latino_americano. Extraído em 18.05.2018

JL Entrevista Geoffrey Robertson. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UafsYHZgTL4. Extraído em 17.05.2018

ROVAI, R. (org.) Golpe 16. São Paulo: Editora Forum, 2016.

SADER, E. (org.). **O Brasil que Queremos.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2016.

SINGER, A. et al. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado.** São Paulo: Leya, 2016.

FONTES

AFFONSO, J.; BRANDT, R. **Doleiro da Lava Jato prepara biografia**. Estadão 07.08.2017. Disponível em http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/doleiro-da-lava-jato-prepara-biografia/. Extraído em: 18.05.2018

A ÍNTEGRA DAS CONVERSAS ENTRE MACHADO E SARNEY, BRASIL 247. 25.05.2016

https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/234479/A-%C3%ADntegra-das-conversas-entre-Machado-e-Sarney.htm Extraído em 18.05.2018

ALDO FORNAZIERI. *In:* Mídia Ninja**.** Disponível em: https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/725298640961617/. Extraído em 02.04.2018

AMARAL, M. **Movimento Brasil Livre – MBL e junho de 2013. Uma franquia americana que depois do impeachment está presente no movimento Escola Sem Partido**. Entrevista especial com Marina Amaral. In: Instituto Universitas Unisinos. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/558321-movimento-brasil-livre-mbl-e-junho-de-2013-uma-franquia-americana-que-depois-do-impeachment-esta-presente-no-movimento-escola-sem-partidoq-entrevista-especial-com-marina-amaral. Extraído em 15.03.2018

Áudio entre Lula e Dilma. Disponível em https://soundcloud.com/julia-affonso-2/audio-entre-lula-e-dilma-rousseff. Extraído em 18.05.2018

AZEVEDO, R. **Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Ayres Britto:** impeachment não é golpe porque está na Constituição e na lei. Revista Veja, 09.02.2017. Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dias-toffoli-carmen-lucia-e-ayres-britto-impeachment-nao-e-golpe-porque-esta-na-constituicao-e-na-lei/. Extraído em 18.05.2018

BENITES, A. **Temer é denunciado por corrupção e se torna primeiro presidente a responder por crime durante mandato.** EL PAÍS, 27.06.2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882_380890.html?rel=mas Extraído em 18.05.2018

Brazil's Senate strips Dilma Rousseff of presidency. *In:* Al Jazeera, 01.08.2016. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2016/08/brazil-senate-strips-dilma-rousseff-presidency-160831133704441.html. Extraído em 02.05.2018

Brazil president Dilma Rousseff comes out fighting in impeachment trial, The Guardian, 29.08.2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2016/aug/29/brazil-president-dilma-rousseff-impeachment-trial. Extraído em 19.05.2018

Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado. In: G1, 17.04.2016. Disponível em http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html Extraído em 17.05.2017

Dilma Rousseff Ousted in Historic Brazil Impeachment Vote. *In:* Wall Street Journal, 31.08.2016. Disponível : https://www.wsj.com/articles/dilma-rousseff-ousted-in-historic-brazil-impeachment-vote-1472661491 Extraído em 02.04.2018.

Dilma Rousseff Targeted in Brazil by Lawmakers Facing Scandals of Their Own. *In*: NYT 14.04.2016. Disponível em: https://mobile.nytimes.com/2016/04/15/world/americas/dilma-rousseff-targeted-in-brazil-by-lawmakers-facing-graft-cases-of-their-own.html?_r=0&referer=https://www.google.com.br/ Extraído em 02.05.2018.

Escola sem partido. **ANTEPROJETO DE LEI FEDERAL**. Disponível em: https://www.programaescolasempartido.org/pl-federal. Extraído em 17.05.2018

Forças Armadas resistem à Comissão da Verdade. *In:* O Globo. 08.03.2011. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/forcas-armadas-resistem-comissao-da-verdade-2814216 Extraído em 02.05.2018.

Glenn Greenwald fala à CNN sobre o Brasil. *In:* CNN, 21.04.2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FMb9TLyCgU8 Extraído em 02.04.2018

Golpe bajo en Brasil. *In*: El País 01.09.2016. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2016/08/31/opinion/1472665844_695837.html Extraído em 02.04.2018.

Integra da Palestra do General do Exército em Loja da Maçonaria. YouTube, 09.09. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Pk8cQkunrcA. Extraído em 17.05.2018.

João Goulart recebe honras de chefe de Estado nesta quinta. EBC, 14.11.2013. Disponível em: http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/11/joao-goulart-recebe-honras-de-chefe-de-estado-nesta-quinta. Extraído em 18.05.2018

JUCÁ & MACHADO. *In:* TV Folha 23.05.2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml Extraído em 18.05.2018

KRISCHKE, J. **Operação Condor: novas revelações.** *In:* IHU UNISINOS, 24.03.2013 Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/565531-nenhum-suicidio-mais-quer-dizer-nao-nos-processem-mais-entrevista-especial-com-jair-krischke. Extraído em 02.04.2018

KRISCHKE, J. **"Nenhum suicídio mais" quer dizer "não nos processem mais"**. IHU ON LINE, 08.03.2017 Entrevista especial com Jair Krischke. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/565531-nenhum-suicidio-mais-quer-dizer-nao-nos-processem-mais-entrevista-especial-com-jair-krischke. Extraído em 18.05.2018

MARTÍ, S. **Moro e Bloomberg recebem prêmio de 'Pessoa do Ano' nos EUA.** Folha de S. Paulo, 07.02.2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/camara-de-comercio-brasil-eua-elege-moro-como-pessoa-do-ano.shtml Extraído em 18.07.2019

MELLO, C. **"Celso de Mello responde a general: "respeito indeclinável à Constituição".** *In:* UOL Eleições 2018 (04.04.2018). Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/04/04/celso-de-mello-responde-a-general-do-exercio.htm Extraído em 17.05.2018.

MILITÃO, E. FERNANDES, M. **Documentos da Suiça revelam que esquema de Cunha movimentou quase 411 milhões, In: EM notícias** 18.10.2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/10/18/interna_politica,698934/documentos-da-suica-revelam-que-esquema-de-cunha-movimentou-r-411-mil.shtml Extraído em 17.05.2018

Moro é homenageado entre os mais influentes do mundo da revista Time. G1: São Paulo, 26.04.2016. Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/moro-participa-de-homenagem-aos-mais-influentes-do-mundo-da-time.html Extraído em 18.06.2019"

Quem são os líderes da 'tropa de choque' que blinda Cunha na Câmara, BBC, 10.12.2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_tropa_choque_cunha_ms_rb. Extraído em 18.05.2018

O sociólogo Celso Rocha de Barros questiona se a lei é para todos em entrevista a Renata Lo Prete, YouTube, 07.04.2018". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rEPM1fVmTW8 Extraído em 18.06.2019.

OMS, C.; PERES, L. e PERES, B. **Justiça Federal do DF suspende nomeação de Lula para Casa Civil**, 17.03.2016 Disponível em: http://www.valor.com.br/politica/4486316/justica-federal-do-df-suspende-nomeacao-de-lula-para-casa-civil Extraído em 02.05.2018

Relembre o que pesa contra Aécio Neves, **Política-Estadão,** 17.10.2017. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,relembre-o-que-pesa-contra-aecio-neves,70002050330. Extraído em: 17.05.2018

RENAN & MACHADO In: TV FOLHA 23.05.2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774719-em-conversa-gravada-renan-defende-mudar-lei-da-delacao-premiada.shtml Extraído em 18.05.2018

A VOZ QUE EMERGIU DAS RUAS. Revista Veja de 03.07.2013. Disponível em: https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32143?page=20&section=1 Extraído em 18.05.2018

ROSSATO, N**. Comandante da Aeronáutica emite esclarecimento sobre contexto atual do País.** Disponível em: http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/31878/INSTITUCIONAL%20-%20Comandante%20da%20Aeron%C3%A1utica%20emite%20esclarecimento%20sobre%20contexto%20atual%20do%20Pa%C3%ADs. Extraído em 17.05.2018

ROUSSEFF, D. **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff** - Brasília/DF. *In:* Portal Planalto — publicado 12.05.2016. Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-brasilia-df. Extraído em 17.05.2018.

STF reafirma rito aplicado ao processo de impeachment de Fernando Collor 17.12.2015. Disponível em http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=306614. Extraído em 02.04.2018

Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou "Ponte para o Futuro" Carta Capital, 23.09.2016. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro Extraído em 18.05.2018

UMA PONTE PARA O FUTURO, 20.10.2015. Disponível em: https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf Extraído em 02.04.2018

VALENTE, R. **Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato.** Folha de São Paulo, 23.05.2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml Extraído em 18.05.2018

Veja o que o chefe do Exército falou na cara do Pedro Bial, YouTube, 20.09.2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gNoqzjxmZTE Extraído em 17.05.2018.

VILLAS BOAS, E. *In* Twitter, 03.04.2018. Disponível em: https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336?tfw_site=UOL&ref_src=twsrc%5Etfw&ref_url=https%3A%2F%2Fnoticias.uol.com.br%2Fpolitica%2Feleicoes%2F2018%2Fnoticias%2F2018%2F04%2F04%2Fcelso-de-mello-responde-a-general-do-exercio.htm Extraído em 17.05.2018.

SEGURANÇA NACIONAL
NO GOVERNO MICHEL TEMER

Introdução

Qual é o papel dos intelectuais frente aos problemas atuais? A análise sobre os fatos correntes poderá guardar imprecisões não maiores que a análise dos fatos passados. A análise elaborada no calor dos acontecimentos fornece informações sobre as impressões no momento em que ocorreram. Passado o tempo essas impressões se perderão. Evidentemente que os historiadores jamais terão a função de oráculos a predizer o futuro, no entanto devem alertar e explicar suas razões e seus motivos para determinada afirmação. É muito cômodo para os historiadores abordarem um fato já ocorrido em que as personagens não mais se encontram no poder ou não mais estão vivos.

É difícil criar cenários prospectivos em momento em que os acontecimentos estão ocorrendo e podemos ver a sua fumaça. Escrever no presente é receber pressões, negativas, descrédito ou represálias. O que ocorre é uma luta pela História. Os novos mandarins do poder depois da vitória política objetivam suprimir a História, sobretudo em um ambiente polarizado politicamente. Neste contexto são poucas as editoras e poucos os intelectuais capazes de dizer algo. Especificamente os intelectuais que falam sobre o golpe de 2016, ocorrido no Brasil.

No segundo Governo Lula (2007-2010) e no período da Administração Dilma Rousseff, a maioria dos membros da comunidade de estudiosos da área de Defesa Nacional acreditava que as desconfianças entre civis pertencentes à Universidade Brasileira e os militares deveriam ser superadas, sobretudo devido ao importante trabalho desenvolvido pela Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) que congrega estudiosos militares e civis sobre esta temática, inclusive foi mencionada no LBDN como uma instituição com papel protagonista no estreitamento das relações entre civis e militares em assuntos de defesa nacional. Os trabalhos de pesquisadores que ainda possuíam uma ótica de desconfiança sobre a atuação das Forças Armadas, como este autor, eram (e ainda são) vistos com grande descrédito.

Em meu livro *Universidade e Forças Armadas na atualidade*, publicado em 2016, apontei uma inflexão nos estudos sobre militares e Defesa Nacional. Os estudos apresentados nos últimos encontros nacionais da ABED, 2014 e 2016, predominantemente adotaram temas de conteúdo técnico no âmbito das Forças Armadas Brasileiras, ou seja, o aprendizado, pelos civis das técnicas militares dominaram os painéis. Esses estudos deixavam de lado qualquer aspecto crítico em relação à atuação dos militares no âmbito da Defesa Nacional. Nestes dois últimos encontros nacionais da ABED ocorreram paralelamente aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Em 2016, no ENABED de Florianópolis as discussões sobre os trabalhos desta comissão não ganharam destaque, apenas uma única mesa se propôs a refletir sobre os trabalhos da CNV. Essa mesa foi coordenada pelo prof. Eliézer Rizzo de Oliveira.

A revelação das gravações da conversa entre o senador Romero Jucá e Sérgio Machado em 2017 sobre a participação dos comandantes militares no golpe de 2016 passou sem grandes comentários, parecia até que não tinha ocorrido. Quem repercutiu esta fala foram os grupos que se posicionaram contra o golpe como associações e partidos de esquerda, mas em um momento posterior, sobretudo, após os fatos que se sucederam e que indicavam uma participação efetiva dos militares na sustentação de Michel Temer, tais como: como o emprego das Forças Armadas na repressão aos manifestantes que exigiam a saída de Michel Temer, após a revelação das gravações de sua conversa com o empresário Joesley Batista. A manifestação pública em loja maçônica do general Mourão, chefe militar do Comando Sul, quando afirmou que um golpe militar estava em curso, o que chamou de *"aproximações sucessivas"*. A intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro, o enquadramento do Supremo Tribunal Federal pelo Comandante do Exército no momento em que tomariam decisão sobre o habeas corpus solicitado por Lula, na repressão aos caminhoneiros que paralisaram o país em maio de 2018. Estes fatos fizeram com que a fala de Jucá sobre os militares voltasse à tona e começassem a circular nas redes sociais, através de posts, também chamados *memes*. Alguns fatos como a repercussão da fala do general Mourão levaram a ABED emitir nota oficial rechaçando qualquer iniciativa de golpe militar. O passado continuou a bater em nossas portas, ou seja, 1968, infelizmente, ainda não terminou.

PRIMEIROS PASSOS: O SISTEMA DE INTELIGÊNCIA

Um dos primeiros atos do Governo Interino de Michel Temer foi reorganizar o sistema de inteligência e colocar um general à frente deste processo, o General Sérgio Etchegoyen. Isto gerou temores de que estivéssemos retomando coisas passadas, lembrou os tempos da Ditadura. Em 29 de junho de 2016, Temer

assinou o Decreto n° 8793 que fixou a Política Nacional de Inteligência. Este documento define inteligência como:

> Exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado. A atividade de Inteligência divide-se, fundamentalmente, em dois grandes ramos:
>
> I – Inteligência: atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado;
>
> II – Contrainteligência: atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado. (DECRETO Nº 8.793, DE 29 DE JUNHO DE 2016)

Ao logo de seu governo Temer procurou incrementar o aparato de segurança articulado à ótica militar. Esta política une-se à Política e Estratégia Nacional de Defesa, afirma:

> Esse instrumento de gestão pública deve guardar perfeita sintonia com os preceitos da Política Externa Brasileira e com os interesses estratégicos definidos pelo Estado, como aqueles consignados na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa. (DECRETO Nº 8.793, DE 29 DE JUNHO DE 2016).

O fato de o General Sérgio Etchegoyen ser o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional e possuir poder hierárquico sobre a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), responsável pela coordenação do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), torna-se um fato que indica o controle militar do setor de inteligência do Brasil.

Segundo o site de esquerda *"A Nova Democracia"* o Decreto 9.242 que estabelece a Estratégia Nacional de Inteligência representa, na prática, a criminalização da luta popular, pois tem como alvos, no campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Via Campesina, e nas cidades o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o Movimento Estudantil Popular Revolucionário, Black Blocs,

Anarquistas e Antifascistas (antifa). Ainda segundo a matéria a ABIN, possui um histórico recente de atuação contra os grupos de protestos antiTemer. Menciona a prisão do Capitão do Exército William Pina Botelho juntamente aos manifestantes, o que revelou sua função de agente infiltrado durante os protestos de 2016 contra Temer. Outro caso foi a utilização do depoimento de Maurício Alves da Silva, agente da Força Nacional de Segurança, outro infiltrado nas manifestações sem a autorização da Justiça.

A revista Veja de 10 de junho de 2017 publicou matéria de capa com o título: "Agora é guerra: Temer aciona o Serviço Secreto para bisbilhotar Fachin". Os jornalistas Marcela Mattos, Thiago Bronzato e Robson Bonin afirmam que baseado na máxima: *"a melhor defesa é o ataque"* Temer resolveu atacar a Operação Lava-Jato e um dos alvos foi o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin. Segundo uma fonte de dentro do Palácio do Planalto, o governo acionou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para obter alguma informação que possa embaraçá-lo e assim fragilizar sua posição de relator da Lava-Jato. O ministro foi responsável pela homologação da delação de Joesley Batista, dono da JBS. As informações obtidas revelam que Fachin teria voado em um avião da JBS. Em nota Temer negou. (BONIN, BRANZATO, MATTOS, 2017)

CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Após a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro, Michel Temer criou o Ministério da Segurança Pública. Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/2018, apresentado pelo senador Dário Berger (MDB-SC) à Medida Provisória 821/2018.

> A criação do Ministério da Segurança Pública vinha sendo discutida pelo governo desde janeiro de 2018. Analistas avaliam que os movimentos de Temer refletem a busca por aumento de popularidade, a mais baixa entre presidentes do período pós-redemocratização. Movimento pode se converter até numa candidatura à reeleição em outubro. (FLORES, 2018)

Raul Jungmann deixou o Ministério da Defesa e foi nomeado Ministro da Segurança Pública. O novo ministério teve a missão de *"coordenar e promover a integração da segurança pública em todo o território nacional em cooperação com os demais entes federativos"* ficou responsável pela Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, antes subordinadas ao Ministério da Justiça. O Departamento Penitenciário Nacional, os conselhos de Segurança Pública e de Política Criminal e Penitenciária, além da Secretaria Nacional de Segurança Pública, também farão parte do novo ministério.

Para o então deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), O Ministério da Segurança Pública deverá fazer a integração do sistema de segurança pública do País, assim menciona a criação do SUSP, Sistema Único de Segurança Pública (PL 3734/12).

> "Nós não temos no ministério uma ação milagrosa, que vai por si só resolver o problema da segurança pública. Mas ele resolve um problema, que é crucial, que é a questão da integração. Nós temos um pacto federativo, com as polícias estaduais, com as guardas municipais, e esse sistema, essas instituições não se comunicam. Então o ministério tem esse papel e terá esse papel. E junto com o ministério nós aprovamos na Câmara o SUSP. Então o ministério, sem o SUSP, também ficaria capenga." (GONZAGA, 2018)

O ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, considera uma precipitação a criação do Ministério da Segurança Pública.

> "Da forma que foi feita é um erro. Separar-se a segurança pública das relações com o poder Judiciário é um erro; das re-

> lações com o Ministério Público é um erro. Isso tem que ser tratado por um mesmo ministro. Então seria correto que se criasse um outro ministério com outras atribuições que fossem retiradas do Ministério da Justiça, que poderiam ser discutidas, tornando o Ministério da Justiça um ministério com a tradição que ele tem, com o peso político e histórico que ele tem, cuidando de uma questão central que é a segurança pública e algo que não é só da competência do Executivo, é também do próprio Poder Judiciário e do Ministério Público", disse Cardozo. (CARDOSO, 2018)

A criação do Ministério da Segurança Pública possuiu o objetivo prático dar enfoque ao que seria a tábua de salvação política do Governo Temer, a ênfase na segurança pública com a intervenção militar da segurança pública no Rio de Janeiro. Esta sua última bala na agulha.

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)

Foi criado pela Lei 13.675 de 11 de junho de 2018 e entrou em vigor dia 12 de julho de 2018. Esta lei foi uma das inciativas do Presidente do Senado, Eunício de Oliveira para a redução dos índices de criminalidade no país. O texto também cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). O sistema será composto pelas polícias Federal, Rodoviária Federal; civis e corpos de bombeiros militares. Além destes farão parte também do SUSP; agentes penitenciários, guardas municipais e demais integrantes estratégicos e operacionais.

Seu funcionamento será baseado em operações combinadas, ostensivas investigativas, de inteligência ou mistas e poderá contar com outros órgãos não vinculados á segurança pública como a Defesa Social. Integrará os registros de ocorrência policial e também procedimentos de apuração e o uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos. A Segurança Pública continuará ao encargo dos estados e municípios, no entanto assinarão contratos de gestão com a União no qual se comprometerão com o cumprimento de metas, dentre elas a redução de homicídios e o investimento na formação dos policiais. ("*Entenda como vai funcionar o Sistema Único de Segurança Pública"*, Presidência da República, Planalto, 2018).

DOIS ATORES MILITARES: VILLAS BÔAS E ETCHEGOYEN

Quando falamos em Forças Armadas no governo Temer (2016-2018), duas personagens se destacam: o comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Etchegoyen.

GENERAL EDUARDO VILLAS BÔAS.

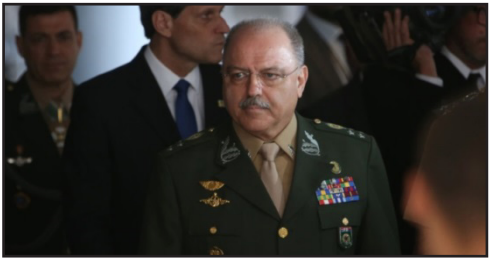
GENERAL EDUARDO VILLAS BÔAS / FONTE: O POPULAR

O General Eduardo Villas Bôas é o agente político, oriundo da caserna, mais importante durante o governo Temer. Foi um de seus sustentáculos. A República Brasileira vem colecionando generais politicamente decisivos ao longo de sua História. Este foi o Caso do General Góes Monteiro no primeiro Governo Vargas (1030-1945), O General Lott no Governo JK (1956-1960). No período pós-autoritário temos o General Sócrates Monteiro no Governo Sarney (1985-1990). O ex-presidente Collor foi o único que abriu mão do apoio militar frente à crise de seu impeachment e, coincidência ou não, caiu. Porém tivemos uma exceção de patente, a do Almirante Flores, sustentáculo do governo Itamar Franco, mas os generais voltam na sequência. A presença do General Alberto Cardoso no segundo Governo FHC (1999-2002). Os governos Lula e Dilma não contaram com nenhuma personagem vestindo a farda de General que representasse um suporte político, nem Brigadeiro ou Almirante. No entanto, agora no Governo Temer, esta figura (a do general como suporte político) reaparece, o General Eduardo Villas Bôas. A História é a mesma, ou seja, um governo sem base popular e que contou com o apoio militar para se manter no poder. No caso de Temer é preciso citar outro general, Sérgio Etchegoyen. Vamos destacar na sequência, a trajetória militar do General Villas Bôas.

1967: Ingressou no Exército na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas - SP. 1970: ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). 1973: foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria, 1976: 1º Tenente. 1979: foi promovido ao posto de capitão. 1986: foi promovido a major. 1991: promovido a Tenente-Coronel. 1996: ascendeu ao posto de Coronel. 2003: Promovido a General de Brigada e nomeado Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia. Em 2005 e 2008 exerceu o cargo de Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 2008 ascendeu ao posto de General de Divisão e

foi designado para trabalhar no Estado-Maior do Exército (EME). 2011: atingiu o posto máximo da carreira, promovido a General de Exército. Entre 2011 e 2014 foi Comandante Militar da Amazônia. Entre 2014 e 2015 foi nomeado Comandante de Operações Terrestres. Em 7 de janeiro de 2015, foi escolhido como Comandante do Exército Brasileiro.

GENERAL ETCHEGOYEN



GENERAL ETCHEGOYEN /FONTE: UOL NOTÍCIAS

Sérgio Etchegoyen foi chefe do Estado-Maior do Exército. É o principal articulador da intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro. Segundo o jornalista Bob Fernandes, Etchegoyen é o *"arquiteto da intervenção no Rio"*. Disse em sua coluna semanal no Jornal da Gazeta que seu avô, tenente Alcides Etchegoyen, tentou impedir a posse de Washington Luís em 1926, Alcides teria também assinado o manifesto pela renúncia de Getúlio Vargas. O pai de Sérgio, o general Leo Etchegoyen participou da conspiração que derrubou João Goulart e nos anos de chumbo foi um dos assessores do presidente General Emilio Médici e apontado pela Comissão da Verdade como responsável por *violações de Direitos Humanos* durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1971). O general Sérgio Etchegoyen é herdeiro de uma tradição bonapartista. Em agosto de 2017, falou para os estudantes da Academia Rio Branco: *Estamos vivendo tempos extraordinários, precisamos de soluções extraordinárias*. Complementa: - *Nós vamos tratar com aspirina, nem com tylenol. Vamos tratar com antibiótico, com todos os efeitos colaterais*. Finaliza dizendo: *Sou de arma de cavalaria e tem um problema: a ausência do meu cavalo reduz a minha capacidade intelectual em uns 45, 40 por cento*. (FERNADES, 2018).

Em maio de 2018, durante a paralisação dos caminhoneiros por todo o Brasil, foi lançado um Decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que determinava uma missão militar em todo o país e sob a coordenação do General Etchegoyen.

Assim como Etchegoyen, outros militares assumiram cargos no Governo Michel Temer (2016-2018). Os jornalistas responsáveis pela matéria da BBC Brasil de 05.06.2018, intitulada: *"Como militares ganharam protagonismo inédito no Brasil desde a redemocratização"*, as jornalistas Luiza Franco e Fernanda Odilla afirmaram que: *A presença de um general do Exército no comando de uma ação nacional antigreve e de um oficial da Marinha no papel de porta-voz da operação ilustram como militares se tornaram cada vez mais presentes na vida política do país no governo Michel Temer (MDB).* (FRANCO & ODILLA, 2018).

Destacam também o fato do governo ter atribuído a um general, coordenação de uma força-tarefa contra a greve e a um oficial da Marinha atribuição de Porta-Voz do Governo. É sintomático, pois os militares ocuparam importantes cargos no Governo Temer (2016-2018). Menciona o caso da nomeação do general Joaquim Silva e Luna para o Ministério da Defesa, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz para a Secretária Nacional de Segurança Pública e na Funai (Fundação Nacional do Índio) a nomeação do general Franklimberg Ribeiro Freitas. (FRANCO & ODILLA, 2018).

O PRIMEIRO MILITAR À FRENTE DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O general Joaquim Silva e Luna foi o primeiro militar a assumir o Ministério da Defesa. Este fato não é um mero acaso. Esta pasta vinha sendo conduzida por civis desde a criação em 1998, em substituição aos ministérios da Aeronáutica, do Exército, da Marinha e do Exército. Silva e Luna entrou para o Exército em 1969. Foi chefe de gabinete do comandante do Exército e chefe do Estado-Maior do Exército. Desde 2015 é secretário-executivo do Ministério da Defesa.

O Ministério da Defesa sempre foi considerado frágil perante os comandantes militares. O primeiro ministro foi o senador capixaba Élcio Álvares, sucedido por Geraldo Quintão *ficou três anos no cargo graças à política de apaziguamento com os militares imposta por FHC, segundo quem Quintão era uma indicação sua "e vai fazer no ministério da Defesa apenas o que eu quiser."* Na administração Lula foi nomeado o embaixador José Viegas Filho que enfrentou a resistência da cúpula militar, especificamente do general Francisco Roberto de Albuquerque. Seus sucessores foram o, então, vice-presidente da República, José Alencar, e o ex-governador da Bahia, Waldir Pires. As resistências diminuíram somente na gestão de Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal que permaneceu no cargo até o primeiro ano do Governo Dilma em 2011. Neste governo foi nomeado Celso Amorim, ex-Ministro das Relações Exteriores de Lula, sucedido por Jacques Wagner e o ministro indicado politicamente pelo Partido Comunista do Brasil, o ex-deputado Aldo Rebelo.

GENERAL MOURÃO E AS *"APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS"*

Em 2017, O General Mourão, ex-comandante Militar do Sul, afirmou:

> "quando nós olhamos com temor e tristeza os fatos que estão nos cercando, a gente diz por que não vamos derrubar esse troço todo. Na minha visão que coincide com a visão de meus companheiros do Alto Comando do Exército (...) nós estamos em um momento de aproximações sucessivas, até chegar em um momento que...ou as instituições solucionam o problema político (inaudível) Judiciário, retirando da vida pública esses envolvidos em todos os ilícitos ou nós teremos que impor, qual é o momento para isso? (...) nós temos planejamentos muito bem feitos. No presente momento, o que vislumbramos...os poderes terão que buscar a solução... se não conseguirem chegará a hora que nós teremos que impor uma solução e essa imposição não será fácil...ela dará problemas." (Integra da Palestra do General do Exército em Loja da Maçonaria. YouTube, 09.09. 2017)

A Associação Brasileira de Estudos de Defesa emitiu nota oficial de repúdio à fala do general Mourão. Lembrou que sua fala é inconstitucional e salientou que a grave crise brasileira não pode ser usada como um pretexto para uma interrupção da democracia e qualquer solução deverá ser tomada dentro da ordem do Estado Democrático de Direito.

> NOTA PÚBLICA DA DIRETORIA DA ABED SOBRE FALA DE GENERAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO
>
> A Diretoria da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) vem a público repudiar a fala proferida pelo General Antonio Hamilton Mourão em palestra em loja maçônica de Brasília (DF), no dia 15 de setembro de 2017, em que cogitou intervenção militar caso o Poder Judiciário Brasileiro não encontre solução para a corrupção no país.
>
> É inaceitável que um integrante das Forças Armadas revestido de elevadas responsabilidades institucionais propugne a interrupção do Estado Democrático de Direito no Brasil, medida inteiramente inconstitucional. A Constituição Brasileira estabelece, de modo claro, as atribuições das Forças Armadas brasileiras, e cabe a todos nós, civis e militares, respeitá-las, acima de quaisquer causas ou circunstâncias.
>
> Sabemos que é grave a crise política e econômica pela qual o Brasil passa. Mas sabemos também que são ainda mais graves as con-

> sequências da interrupção da democracia. Nesse sentido, mesmo o decidido apoio ao combate à corrupção não pode ser pretexto para sugerir ou justificar a interrupção da democracia.
>
> Reiteramos, com plena convicção, que soluções para a crise política e econômica brasileira devem ser discutidas e implementadas, necessária e integralmente, no marco do Estado Democrático de Direito.
>
> Niterói, 18 de setembro de 2017.
>
> Diretoria da ABED 2016-2018
>
> (Nota da Diretoria da ABED sobre fala de General do Exército Brasileiro 18/09/2017)

Na semana seguinte, em entrevista no Programa do Bial, o Comandante Villas Boas elogiou Mourão e disse que ele não seria punido.

> "A maneira como Mourão se expressou...o Mourão é um grande soldado...gauchão...soldado...a maneira como ele se expressou deu margens a interpretações...um espectro bastante amplo deu margens à interpretações....mas ele inicia a fala dele que segue as diretrizes do comandante e as diretrizes tem sido a de promover a estabilidade, legalidade e preservar a legitimidade". (Veja o que o chefe do Exército falou na cara do Pedro Bial, YouTube, 20.09.2017).

Menciona o artigo 142 da Constituição: *"as forças armadas podem ser usadas na garantia da lei e da ordem por iniciativa de um dos poderes"* mencionou o caso do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e voltou a citar o texto constitucional: *"as forças armadas se destinam a defesa da pátria e das instituições"* e serão utilizadas por um dos poderes ou em uma situação de caos, assim teriam um mandato para agirem e sobre a afirmação de Mourão relativa às *"aproximações sucessivas"* justificou que ele estava se referindo, por exemplo, às eleições: "caso não sejam solucionados os problemas, nós poderemos ter que intervir". (Veja o que o chefe do Exército falou na cara do Pedro Bial, YouTube, 20.09.2017).

Meses depois Mourão se aposentaria. Com lágrimas no rosto, em sua despedida elogiou o notório militar torturador Brilhante Ustra e advertiu:

> "...ao longo desses 45 anos e acrescido com o Colégio Militar soma-se 51 anos, tive a ventura de conviver com homens extraordinários, os quais contribuiram de sobremaneira para a formação

> do meu caráter e sedimentação dos valores e servidões da vida castrense...posso citar alguns deles...o Tenente Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra...ao homem civilizado, um aviso, pois é precisamente na civilização que encontramos os que, desprezando a virtude, usarão todos os artifícios e as vantagens da política e do poder político para a consumação dos vícios mais degradantes, sem atenção com a virtude, sem cuidados com a base moral de um regime os homens mais selvagens governarão e nós seremos transformados de animais políticos em peças políticas. Acredito firmemente que exércitos existem para lutar e vencer as guerras e a nação que querem travar e ela sabe que os nossos objetivos nacionais permanentes de integridade do território, do patrimônio, da democracia e paz social...encontrará seus soldados". (MOURÃO, 2018)

Mourão está longe de ser uma voz solitária, muito ao contrário. Suas convicções são compartilhadas por uma ampla camada de oficias e soldados das Forças Armadas que permanecem na ativa.

FONTE Folha-UOL

Tornou-se um Porta-Voz dos brasileiros favoráveis à intervenção militar. A matéria da revista ISTOÉ de 22.09.2017, intitulada: *"O risco da radicalização"* revelou que a fala de Mourão foi resultado de um encontro prévio entre os generais do Exército Brasileiro, dentre eles estavam os comandantes das regiões militares e o Comandante do Exército General Eduardo Villas Bôas. Este encontro ocorreu durante a 314ª reunião do Alto Comando do Exército, realizada no Quartel General do Exército, em Brasília no dia 11.09.2017.

> Mourão não falava sozinho nem havia cometido um arroubo imprevidente, quando defendeu a solução radical tornada pú-

> blica na última semana. Ele entabulou um discurso, com tintas golpistas, respaldado por um encontro prévio do Alto Comando do Exército. Não se trata de um foro qualquer. O colegiado é o responsável pelas principais decisões do Exército. Estavam presentes 16 generais quatro estrelas, entre eles Fernando Azevedo e Silva, chefe do Estado-Maior e Comandante Militar do Leste, cotado para substituir Villas Bôas, prestes a encerrar seu ciclo no comando do Exército. Compareceram também os demais seis comandantes militares, entre os quais o da Amazônia, general Antonio Miotto, e o do Sul, general Edson Leal Pujol. (FRANCO, LIBÓRIO & OLIVEIRA, 2017)

O General Paulo Chagas foi um dos únicos que saíram em defesa de Mourão. Divulgou declaração pública em que afirma:

> "Caros amigos
>
> Mais uma tempestade em copo d'agua criada pela ansiedade de uns e pelo pavor de outros.
>
> O Gen Mourão, em sua palestra no Grande Oriente do Brasil, não disse mais do que o óbvio, o que todo mundo já sabe ou, se não sabe, deveria saber.
>
> Ele não fez nenhuma previsão. Não disse qual será o futuro político do Brasil, apenas, e não mais do que isso, disse que, na hipótese extrema de desordem total ("por aproximações sucessivas"), de perda do controle da situação pelas autoridades constituídas (objetivo claro da esquerda bolivariana) o Exército estará pronto para restabelecer a ordem interna no País.
>
> E acrescentou, com ênfase e propriedade, que, em uma situação como a do cenário de um caos total, os militares não poderiam ficar inertes, aguardando ordens (de quem?) porque, acima de tudo, têm o dever de cumprir o juramento solene de dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria e de defender-lhe a honra, a integridade e as instituições até com o sacrifício da própria vida!
>
> Não há novidade nessa assertiva. É a obrigação de qualquer soldado em qualquer exército do mundo! E, seguindo a máxima de que "um exército pode passar um século sem ser empregado, mas não pode passar um segundo sem estar preparado", o EB tem planos para quaisquer hipóteses de emprego! É o seu dever profissional e patriótico.

Praticando a lealdade, o General não deixou também de citar os 3 pilares da conduta militar, estabelecidos pelo Comandante do Exército, ESTABILIDADE, LEGITIMIDADE e LEGALIDADE, em cuja interpretação lógica depreende-se que o EB não contribuirá para a instabilidade e só agirá dentro da lei e com legitimidade e, QUANDO e SE, as instituições não forem capazes de manter a estabilidade e esta, por qualquer motivo, for quebrada ou sair de controle, as FFAA, legitimamente terão que tomar a iniciativa de restabelecer o controle da situação e, principalmente, a legalidade e a ordem!

Como eu disse no início, essas simples verdades aguçam a ansiedade dos impacientes e o pavor dos promotores do caos, daí tantas conjecturas e tanto assanhamento em torno de obviedades tão simples.

Deixo aqui os meus respeitosos cumprimentos ao Gen Mourão pela forma clara com que, mais uma vez, expôs a missão das FFAA para o Brasil."

Gen. Bda. Paulo Chagas

INTERVENÇÃO NO RIO

Com apenas 3% de popularidade, Temer, em meados de 2018, no período carnavalesco, abandonou a pauta econômica e articulações em torno da reforma da previdência. Colocou o tema da segurança em primeiro plano. Seu objetivo era capitalizar o apoio de parcela expressiva da população, favorável à intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro. A imprensa apoiou desde o primeiro momento. O jornalista Ricardo Boechat falando dos microfones da Radio Bandeirantes afirmou que não importava quem fosse (mesmo se fosse Temer), mas a intervenção era necessária.

FONTE: Pragmatismo Político

Tratava-se de uma intervenção midiática, reivindicada pelas Organizações Globo e festejada pela TV Bandeirantes, entre outros, pois afinal, o Rio de Janeiro era a décima cidade mais violenta do Brasil. Fortaleza, capital do Ceará era a primeira. Causou indignação fotos mostrando a revista feita pelos soldados em bolsas de crianças que estavam indo à escola. Disseram: *era um "aviso" aos traficantes*. Esta revista foi ilegal, pois não contou com o consentimento e nem a presença de conselheiros tutelares. Outra violação sofrida pelas crianças foi o fato de terem seus rostos estampados na capa do Jornal **Folha de S. Paulo** em situação constrangedora, o que é proibido pelo Estatuto da criança e do Adolescente. A revista militar em crianças ganhou o apoio de amplos setores sociais favoráveis à intervenção. Paralelamente, o Exército começou a tirar fotos dos moradores da favela para identificação e controle de entrada e saída das comunidades. Um ato de constrangimento e humilhação. Sobre a intervenção, o Comandante do Exército General Villas Boas, exigiu de Temer uma medida que evitasse no futuro o surgimento de uma nova Comissão da Verdade. Esta afirmação foi chocante, pois evidenciou o ponto em que os militares poderiam chegar.

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 98 • QUARTA-FEIRA, 21 DE

Militares inspecionam mochilas de alunos em operação em favela na zona norte do Rio

FONTE: Folha de S. Paulo

No dia 22.02.2018 a Associação Brasileira de Estudos de Defesa divulgou nota na qual afirmou que a instituição observa com preocupação a intervenção militar no Rio de Janeiro, sobretudo teme que a intervenção possa representar o afastamento e fragilização do Estado Democrático de Direito no Brasil. Observa com preocupação a subordinação estratégica da segurança pública à lógica militar e invoca o debate sobre qual deverá ser de fato a missão precípua das Forças Armadas do Brasil. Por fim voltam a alertar sobre os riscos das Forças Armadas se envolverem em questões de segurança pública e mencionam o atraso na implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Afirma a nota na íntegra:

NOTA DA DIRETORIA DA ABED SOBRE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Diretoria da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) vem a público chamar atenção para questões afetas à intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, que são objeto de grande preocupação desta Diretoria.

Compreendemos a extensão e a gravidade da crise política, econômica e de segurança pública que assola aquele estado, e nos solidarizamos com os reclamos de sua população por melhores condições de segurança. Propugnamos, porém, que a premência atribuída à segurança pública e que as ações adotadas na vigência da aludida intervenção federal não ensejem ou legitimem qualquer forma de afastamento ou fragilização do Estado Democrático de Direito no Brasil e das garantias individuais previstas em sua Constituição Federal.

Preocupa-nos, de modo particular, o recorrente emprego das Forças Armadas brasileiras na segurança pública, o que tende a se acentuar com a intervenção em curso, uma vez que, diferentemente de outras intervenções passadas de apoio tático, esta coloca a segurança pública estrategicamente subordinada à lógica militar. É igualmente preocupante que esta ocorra sem a devida atenção ao adequado suprimento das necessidades das Forças Armadas como forças de Defesa, e ao desvio das mesmas de sua missão precípua. Observamos, ademais, problemas quanto à cadeia de comando militar decorrentes da subordinação direta do interventor ao Presidente da República. Essas questões dificultam a compreensão, por parte da sociedade brasileira, dos desafios da Defesa Nacional, do papel precípuo das Forças Armadas e das condicionalidades e riscos de seu envolvimento em questões de segurança pública.

Observamos que a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro se dá em um contexto de paralisia de importantes programas no campo da Defesa indispensáveis para que ações de enfrentamento ao crime organizado produzam efeitos sustentados. É preocupante, nesse sentido, o grande atraso na implantação do Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON) e

> a baixa efetividade das operações que visam coibir ilícitos na faixa de fronteira brasileira.
>
> A intervenção aprofunda a tendência de respostas contingenciais, agora mais extremas, à crescente insegurança que assola a sociedade brasileira, mas que carecem de condições que possam assegurar efetividade e perenidade à eventual consecução dos objetivos pretendidos.
>
> **Diretoria da ABED 2016-2018**
>
> Niterói, 22 de fevereiro de 2018.
>
> (NOTA DA DIRETORIA DA ABED SOBRE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO 22/02/2018).

Antes da intervenção, em 16 de outubro de 2017 Temer sancionou a Lei 55/2016 que permite a Justiça Militar julgar militares que cometeram crimes contra civis, assim deixarão de ser julgados pelo Tribunal do Júri em casos de envolvem operações de Garantia da Lei e da Ordem. O professor da PUC-SP, Renildo Nasser afirma que esta lei é muito importante para a ação militar, explica:

> o engajamento é o seguinte: cada tropa tem a sua regra que é dada pelo comandante e ele dá a liberdade para aquele que está em ação resolver o que ele deve fazer...esse cara que está ali no terreno tem o poder de decidir se aquele que está ali tem intensão hostil, se não tem intensão hostil. Ao lado disso o que aconteceu os militares passam a ser julgados, nesses atos, pela Justiça Militar...veio coroar este processo de intervenção, então são várias coisas que tem acontecido, eles estão atuando dentro do país, dentro da comunidade como se fosse um teatro de guerra...isso é uma guerra. Então são os militares atuando como policiais...fazendo operações policiais e ao mesmo tempo os militares trazem este ethos da guerra. (NASSER, 2018)

O professor Nasser, em sua fala extremamente arguta, revela uma militarização da segurança pública e a consideração das comunidades cariocas como palco de operações de guerra.

VILLAS BÔAS ENQUADRA O "SUPREMO"

Antes do dia 03 de abril de 2018, um dia antes de o Supremo Tribunal Federal tomar decisão sobre a concessão de habeas corpus ao ex-presidente Lula, o General Eduardo Villas Bôas escreveu em seu twitter: *"Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantem atento às suas missões institucionais"*. (VILLAS BOAS, 2018)

Seu gesto foi interpretado como um enquadramento do Supremo, ou uma pressão sobre a Corte para que ela negue o pedido de Lula. No dia 04.04.2018, o ministro Celso de Mello ao proferir seu voto, respondeu ao Comandante do Exército: *"Já se distancia no tempo histórico os dias sombrios que caíram sobre nosso país. A experiência concreta a que se submeteu o Brasil no regime de exceção constitui para esta e para as próximas gerações marcante advertência"*. Segue dizendo o ministro: "*O respeito indeclinável à Constituição e às leis da República representa o limite intransponível a que se deve submeter os agentes do Estado, quaisquer que sejam os estamentos a que eles pertencem"*. (MELLO, 2018)

O Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, escreveu uma Comunicação Oficial na qual demonstra uma posição contrária ao do Comando do Exército, afirmou:

> "Nestes dias críticos para o país, nosso povo está polarizado, influenciado por diversos fatores. Por isso é muito importante que todos nós, militares da ativa ou da reserva, integrantes das Forças Armadas, sigamos fielmente à Constituição, sem nos empolgarmos a ponto de colocar nossas convicções pessoais acima daquelas das instituições". (ROSSATO, 2018)

Inicialmente, os militares se encontravam escamoteados, apenas revelados pela fala de Romero Jucá, mas os lances seguintes demonstraram sua participação de retaguarda ao Governo Temer. A repressão às manifestações em Brasília, após a revelação das gravações de Joesley e a intervenção militar no Rio, assim como o enquadramento do STF revelam que os militares estão participando ativamente da vida política do país, muito diferente do que afirmava Villas Boas, até recentemente. Durante a intervenção militar na segurança publica no Rio de Janeiro alguns analistas disseram que o Comandante do Exército era, pessoalmente, contra, mas agora observamos o envolvimento do Exército que atua com Temer e dá suporte às suas estratégias políticas. Cada vez mais, o Exército Brasileiro se

envolve na crise política, de forma parcial e nitidamente pró-Temer. Isto reforça a tese de que vivemos ainda sob a tutela militar.

REPRESSÃO AOS ESTUDANTES DA UNB

Em 26 de abril de 2018 dezenas de estudantes da Universidade de Brasília promoveram uma manifestação pacífica na Esplanada dos Ministérios contra os cortes orçamentários e ao se aproximarem do prédio do Ministério da Educação foram alvejados por balas de borracha, também foram lançados sobre eles bombas de gás pela Polícia Militar. As fotos da cavalaria indo para cima dos estudantes em meio à fumaça de gás, fez lembrar a época da ditadura militar, nos anos 60. (Vídeo: "*PM bombardeia manifestação de estudantes da UnB"*. In: Revista Fórum 26.04.2018).

FONTE: Mídia Ninja

Antes, em 2017, no momento em que aconteciam protestos chamados *"Ocupa Brasília"*, Temer assinou o Decreto de 24 de maio de 2017 que autorizou as Forças Armadas a reprimirem essas manifestações. Segundo Afonso Benitez que assinou reportagem do Jornal **El País** de 25.05.2017. Era a primeira vez, em período democrático, que a capital do país foi policiada pelos militares. O mesmo somente ocorreu durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

FONTE: Jornalistas LIVRES

PARALISAÇÃO DOS CAMINHONEIROS

A greve dos caminhoneiros foi iniciada em 21 de maio de 2018 e envolveu os caminhoneiros autônomos do Brasil. O movimento se posicionou contra os frequentes aumentos dos preços dos combustíveis, principalmente, o diesel. Outras reivindicações foram: o fim da cobrança do pedágio sobre o eixo suspenso e o PIS/Cofins sobre o óleo diesel. Durante o movimento ocorreram bloqueios de rodovia em todos os estados e no Distrito Federal. Esses bloqueios colocaram em xeque o sistema.

Ocorreram indisponibilidade e escassez de alimentos e remédios, voos e viagens de ônibus foram cancelados. Aulas em escolas, faculdades foram suspensas. Várias cidades pelo país decretaram Estado de Emergência ou Calamidade Pública, dentre elas São Paulo e o Rio de Janeiro, as maiores cidades do país. O movimento ganhou repercussão internacional. A *Anistia Internacional* considerou *"extremamente preocupante"* a utilização das Forças Armadas para desbloquear as rodovias.

O irônico foi que, muitos caminhoneiros, pediram *intervenção militar*. Este é um pensamento corrente entre os setores mais conservadores, ou seja, uma crítica com perfil da extrema-direita. Temer foi quem recorreu à intervenção militar contra os caminhoneiros. Disse em pronunciamento oficial:

> "Comunico que acionei as forças federais de segurança para desbloquear as estradas e estou solicitando aos senhores governadores que faça o mesmo"

Em Cuiabá, no dia 28 de maio de 2018, o Exercito fazia escolta de carretas que vinham de Rondonópolis. Naquele momento, manifestantes que cantavam o hino nacional, resolveram bloquear a rodovia. Diante disso, os soldados do Exercito começaram a atirar balas de borracha contra eles (MENDES, 2018).

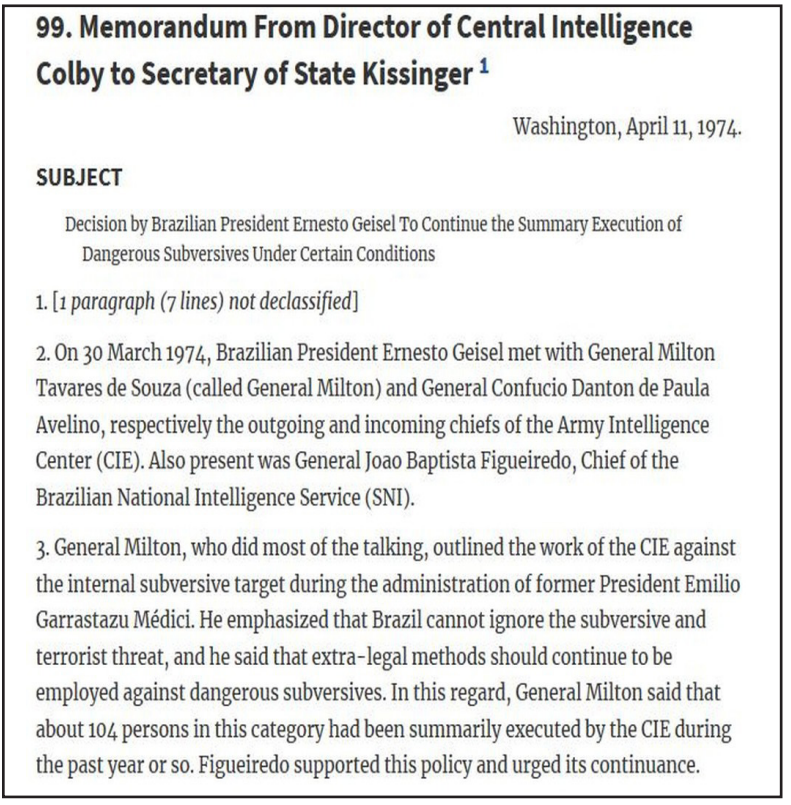
FONTE: O Globo

OS PRESIDENTES QUE AUTORIZAVAM EXECUÇÕES SUMÁRIAS

No dia 10 de maio de 2018, o caderno de política do portal G1 noticiou que: *"em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante a ditadura"*. O artigo faz referência ao memorando secreto cuja autoria do então Diretor da CIA Willian Egan Colby que foi entregue ao então Secretário de Estado Henry Kissinger. Os documentos foram revelados no Brasil pelo professor da Fundação Getúlio Vargas, Mathias Spektor. O documento fala sobre um encontro entre o presidente Geisel, o chefe do SNI e futuro presidente General João Batista Figueiredo e os Generais Milton Tavares e Confúcio Danton Paula Avelino, pertencentes ao Centro de Inteligência do Exército - CIE. Este encontro tinha como objetivo a tomada de decisão para a execução dos considerados "perigosos subversivos" capturados pelos órgãos de repressão do regime. Os documentos informam que 103 foram os mortos no ano de 1973. Mencionamos o portal G1, mas toda a imprensa brasileira repercutiu a divulgação destes documentos.

O UOL notícias, por exemplo, em 11 de maio de 2018 publicou matéria com o título: *"último prego no caixão de Geisel" diz coordenador da comissão da verdade sobre memorando da CIA*. Para Paulo Sergio Pinheiro o documento funcionaria como uma "bala de prata" confirmadora dos trabalhos desenvolvidos pela comissão da verdade (2012-2014) e que já apontava a existência de uma cadeia de comando das mortes ocorridas nos "anos de chumbo". (SENRA, 2018).

Segue o documento:



99. Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger [1]

Washington, April 11, 1974.

SUBJECT

Decision by Brazilian President Ernesto Geisel To Continue the Summary Execution of Dangerous Subversives Under Certain Conditions

1. [*1 paragraph (7 lines) not declassified*]

2. On 30 March 1974, Brazilian President Ernesto Geisel met with General Milton Tavares de Souza (called General Milton) and General Confucio Danton de Paula Avelino, respectively the outgoing and incoming chiefs of the Army Intelligence Center (CIE). Also present was General Joao Baptista Figueiredo, Chief of the Brazilian National Intelligence Service (SNI).

3. General Milton, who did most of the talking, outlined the work of the CIE against the internal subversive target during the administration of former President Emilio Garrastazu Médici. He emphasized that Brazil cannot ignore the subversive and terrorist threat, and he said that extra-legal methods should continue to be employed against dangerous subversives. In this regard, General Milton said that about 104 persons in this category had been summarily executed by the CIE during the past year or so. Figueiredo supported this policy and urged its continuance.

DISPONÍVEL EM: https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml Extraído em 05.06.2018

Após a divulgação deste documento, deputados de oposição, Comissão da Verdade e órgãos do Ministério Público reivindicaram a revisão da Lei de Anistia, aprovada em 1979.

Órgãos do Ministério Público Federal pressionaram o Supremo Tribunal Federal pela revisão da Lei de Anistia.

> A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Câmara Criminal do Ministério Público Federal soltaram nota nesta sexta-feira (11) sobre Memorando escrito em abril de 1974 por William Colby, então diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos. No documento ele afirma que o presidente Ernesto Geisel decidiu manter a política de "execução sumária" de

> opositores do regime militar praticada pelos órgãos de segurança do seu antecessor, o general Emílio Garrastazu Medici.
>
> No posicionamento, os dois órgãos do MPF defendem que o Supremo Tribunal Federal "deve promover o diálogo de sua decisão que validou a Lei de Anistia à luz do direito internacional." (MATAIS, 2018)

No Senado federal as discussões sobre a revisão da Lei de Anistia voltaram à tona. O PLS 237/2013, proposto pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) alterava a legislação vigente e permitiria a revisão desta lei que impede militares, responsáveis por tortura e mortes, durante a Ditadura Militar (1964-1985) de responderem criminalmente por estes atos.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Couto (PT-PB) clamou *pela aprovação do Projeto de Lei 573/2011, da deputada Luiza Erundina, que exclui da anistia política os crimes praticados por agentes do Estado, e também a rediscussão do assunto pelo STF.*

A confirmação de que existia uma cadeia de comando, mostra que a Ditadura Militar contava com um sistema muito bem articulado de repressão, fez cair por terra a tese de que ocorreu um descontrole dos setores de repressão ou o argumento de que o ciclo autoritário brasileiro foi relativamente "brando", comparado aos casos de Chile e Argentina. A revelação deste documento ocorre no momento em que a militarização da segurança pública e o excessivo papel político, exercido pela cúpula do Exército no Governo Temer, são questionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo Michel Temer até certo ponto de sua baixíssima popularidade achou que poderia reverter o quadro político desfavorável, afinal, amplos setores da população clamavam por uma intervenção militar contra o aumento da escalada da violência no Rio de Janeiro. Acreditava que se mostrasse uma posição firme, enérgica e pronta àquela situação de desgoverno e caos, conseguiria alguma popularidade e quem sabe a possibilidade de se candidatar à reeleição no final daquele ano de 2018.

Inicialmente conseguiu o apoio da imprensa, sobretudo da Rede Globo de Televisão e Rede Bandeirantes. Na Câmara dos Deputados seus apoiadores defendiam abertamente a intervenção como solução. Os setores de esquerda suspeitavam que isto, avançaria, pois afirmavam que o Rio poderia ser um laboratório para o resto do país. A intervenção poderia fortalecer Temer ao ponto de oferecer uma alternativa às eleições de 2018.

Os militares conseguiram que seus soldados respondessem apenas à Justiça Militar, caso alvejassem os civis. O comandante do Exército Villas Bôas, apesar de dizer que era contra a intervenção, exigiu respaldo para que não ocorresse uma nova comissão da verdade, chancelou publicamente a fala de Mourão na maçonaria sobre a possibilidade de ocorrência de um golpe militar. Enquadrou o Supremo no julgamento do *habeas corpus* de Lula e garantiu Temer na presidência dando-lhe suporte militar.

Os ecos dos tempos de autoritarismo estiveram presentes no governo Temer. Tivemos um golpe e corremos o risco de uma nova ditadura. Abalos como a greve dos caminhoneiros e os protestos contra Temer sufocados pela ação desproporcional das Forças Armadas em plena Esplanada dos Ministérios. Cavalos, bombas de gás, balas de borracha contra o povo. A criação de um sistema de inteligência logo no início de seu governo e a indicação de um militar para o Gabinete de Segurança Institucional já indicava uma aproximação de Temer com a caserna. Os ventos políticos fizeram com que o suporte militar a um governo sem legitimidade e impopular fosse cada vez mais recorrente.

Dois generais estão em sintonia com Temer. São Eduardo Villas Bôas, então Comandante do Exército e o general Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança institucional, responsável pela Agência Brasileira de Inteligência e o Sistema Brasileiro de Inteligência, também considerado o arquiteto da intervenção no Rio. Outro general chamaria atenção, o General Mourão que falou que ocorriam *"aproximações sucessivas"* para um golpe militar e falava respaldado por uma reunião de generais no Quartel General do Exército ocorrida em 2017, meses antes. A posse do general Joaquim Silva e Luna no Ministério da Defesa foi um fato inédito desde sua criação em 1999. Este foi um sinal da militarização do governo Temer. Coube apenas ao civil Raul Jungmann fazer o contraponto, embora tenha seguido a cartilha militar.

Sem dúvida o Governo Temer representa a militarização do Poder Executivo, fato que só tínhamos, recentemente, observado, apenas no Segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, quando tivemos a presença marcante do General Alberto Cardoso que ocupou o Gabinete de Segurança Institucional, mas nada comparado à administração Temer. Por exemplo, ao longo de 2018, o Ministério da Fazenda e também do Planejamento foram paulatinamente saindo dos holofotes midiáticos e dando lugar ao Gabinete de Segurança Institucional ou o Ministério da Segurança Pública.

Existia quem duvidasse da ocorrência eleições em 2018. Elas de fato ocorreram, mas está comprovado que não foram totalmente democráticas., pois

o processo do golpe, ainda em curso, impediria Lula de se candidatar e este fato, elegeu Jair Bolsonaro. O novo presidente eleito em 2018 e que assumiu em 2019 confirmou a continuidade deste processo político, sobretudo marcado pela ascensão do militarismo, mas este é assunto para um próximo livro sobre a atuação das Forças Armadas no Governo Bolsonaro.

REFERÊNCIAS E FONTES

A ÍNTEGRA DAS CONVERSAS ENTRE MACHADO E SARNEY, BRASIL 247. 25.05.2016. https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/234479/A-%C3%ADntegra-das-conversas-entre-Machado-e-Sarney.htm. Extraído em 18.05.2018

AROEIRA, D. Temer aprova Estratégia Nacional de Inteligência para criminalizar luta popular. In: **A Nova Democracia.** Ano XVI, nº 204 - 2ª quinzena de Fevereiro de 2018. Disponível em: http://anovademocracia.com.br/no-204/8217-temer-aprova-estrategia-nacional-de-inteligencia-para-criminalizar-luta-popular. Extraído em 16.06.2018

AZEVEDO, R. **Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Ayres Britto: impeachment não é golpe porque está na Constituição e na lei.** Revista Veja, 09.02.2017. Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dias-toffoli-carmen-lucia-e-ayres-britto-impeachment-nao-e-golpe-porque-esta-na-constituicao-e-na-lei/. Extraído em 18.05.2018

BENITES, A. **Temer é denunciado por corrupção e se torna primeiro presidente a responder por crime durante mandato.** EL PAÍS, 27.06.2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882_380890.html?rel=mas. Extraído em 18.05.2018

BONIN, R.; MATTOS, M. M.; BRONZATTO, T. **Agora é guerra: Temer aciona serviço secreto para bisbilhotar Fachin**. *In:* Revista VEJA, 09.06.2017. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/agora-e-guerra-temer-aciona-abin-para-bisbilhotar-fachin/. Extraído em 15.06.2018.

CARDOSO, L. E. **Para ex-ministro da Justiça, criação de Ministério da Segurança Pública foi precipitada.** *In:* **Câmara dos Deputados. Disponível em:** https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/576256844/para-ex-ministro-da-justica-criacao-de-ministerio-da-seguranca-publica-foi-precipitada. Extraído 20.06.2018

CHAGAS, P. *In:* R7 Coluna do Fraga. **Apoio crescente ao general Mourão aumenta tensão nos quartéis** Disponível em: https://noticias.r7.com/prisma/coluna-do-fraga/apoio-crescente-ao-general-mourao-aumenta-tensao-nos-quarteis-02012018. Extraído em 19.06.2018

CHARLEAUX, J. P. **O que há na Estratégia Nacional de Inteligência aprovada por Temer.** In: NEXO jornal 22.12.2017. Disponível em: https://www.nexojornal.

com.br/expresso/2017/12/22/O-que-há-na-Estratégia-Nacional-de-Inteligência-aprovada-por-Temer. Extraído em 16.06.2018

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

COUTO, L. **Presidente da CDHM cobra revisão da interpretação da Lei da Anistia.** *In:* Câmara dos Deputados 15/05/2018. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/presidente-da-cdhm-cobra-revisao-da-interpretacao-da-lei-da-anistia. Extraído em 21.06.2018

DECRETO Nº 8.793, DE 29 DE JUNHO DE 2016. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm. Extraído em 15.06.2018

Em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante ditadura. *In:* G1, 10.05.2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml. Extraído em 05.06.2018

Entenda como vai funcionar o Sistema Único de Segurança Pública, Presidência da República, Planalto, 2018. Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2018/06/entenda-como-vai-funcionar-o-sistema-unico-de-seguranca-publica. Extraído em 21.06.2018

FERNADES, B. **General Etchegoyen avança no Poder. Petrobras e bancos patrocinam homenagem a Moro.** In: Jornal da Gazeta, 19.02.2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OKukR0zGLYo. Extraído em 08.06.2018

FLORES, P. **O que muda com a criação do Ministério da Segurança Pública.** *In:* NEXO, 27.02.2018. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/27/O-que-muda-com-a-criação-do-Ministério-da-Segurança-Pública. Extraído em 20.06.2018

Forças Armadas resistem à Comissão da Verdade. *In:* O Globo. 08.03.2011. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/forcas-armadas-resistem-comissao-da-verdade-2814216. Extraído em 02.05.2018.

GONZAGA, deputado Subtenente. **Para ex-ministro da Justiça, criação de Ministério da Segurança Pública foi precipitada.** In: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/576256844/para-ex-ministro-da-justica-criacao-de-ministerio-da-seguranca-publica-foi-precipitada. Extraído 20.06.2018

Íntegra da Palestra do General do Exército em Loja da Maçonaria. YouTube, 09.09.2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Pk8cQkunrcA. Extraído em 17.05.2018.

João Goulart recebe honras de chefe de Estado nesta quinta. EBC, 14.11.2013. Disponível em: http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/11/joao-goulart-recebe-honras-de-chefe-de-estado-nesta-quinta. Extraído em 18.05.2018

JUCÁ & MACHADO. *In:* **TV Folha** 23.05.2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml. Extraído em 18.05.2018

KRISCHKE, J. **Operação Condor: novas revelações.** *In:* IHU UNISINOS, 24.03.2013 Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/565531-nenhum-suicidio-mais-quer-dizer-nao-nos-processem-mais-entrevista-especial-com-jair-krischke. Extraído em 02.04.2018

KRISCHKE, J. **"Nenhum suicídio mais" quer dizer "não nos processem mais"**. IHU ON LINE, 08.03.2017 Entrevista especial com Jair Krischke. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/565531-nenhum-suicidio-mais-quer-dizer-nao-nos-processem-mais-entrevista-especial-com-jair-krischke. Extraído em 18.05.2018

MATAIS, A. Órgãos do MPF defendem a revisão da Lei da Anistia após memorando da CIA. In: Coluna do Estadão, 11.05.2018. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/colunadoestadao/orgaos-do-mpf-defendem-a-revisao-da-lei-daanistia-aposmemorando-da-cia/. Extraído em 21.06.2018

MELLO, C. **"Celso de Mello responde a general: "respeito indeclinável à Constituição".** *In:* UOL Eleições 2018 (04.04.2018). Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/04/04/celso-de-mello-responde-a-general-do-exercio.htm Extraído em 17.05.2018. http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,relembre-o-que-pesa-contra-aecio-neves,70002050330. Extraído em: 17.05.2018

MENDES, F. **Exército dispara bombas de gás e balas de borracha contra caminhoneiros em Cuiabá**. In: Olhar Direto, 29.05.2018. Disponível em: https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=446481&noticia=exercito-dispara-bombas-de-gas-e-balas-de-borracha-contra-caminhoneiros-em-cuiaba-veja-imagens- Extraído 18.06.2019

MP que cria Ministério da Segurança Pública é publicada; posse de Jungmann será nesta terça. G1 **,** 27/02/2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/mp-que-cria-ministerio-da-seguranca-publica-e-publicada-posse-de-jungmann-sera-nesta-terca.ghtml. Extraído em 20.06.2018

MOURÃO, H. **Despedida do General Mourão do serviço ativo do EB Direto de Brasília**. YouTube, 01.03.2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kTLDwKV_1PE&vl=pt-BR. Extraído em 16.06.2018

NASSER, R. In: **Após cem dias, intervenção militar no Rio é uma unanimidade: foi um fracasso.** Por Nocaute - 18 de junho de 2018. Disponível em: https://nocaute.blog.br/2018/06/18/apos-cem-dias-intervencao-militar-no-rio-e-uma-unanimidade-foi-um-fracasso/. Extraído em 19.06.2018

NOTA DA DIRETORIA DA ABED SOBRE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO 22/02/2018 Disponível em: https://www.abedef.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=115. Extraído em 14.06.2018

Nota da Diretoria da ABED sobre fala de General do Exército Brasileiro 18/09/2017. Disponível em: https://www.abedef.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=105 Extraído em 14.06.2018.

FRANCO, I.; LIBÓRIO, B.; OLIVEIRA, G. **O risco da radicalização**. In: ISTOÉ, 22.09.2017. Disponível em: https://istoe.com.br/o-risco-da-radicalizacao/ Extraído em 19.06.2018

FRANCO, L.; ODILLA, F. **Como militares ganharam protagonismo inédito no Brasil desde a redemocratização.** *In:* BBC Brasil, 05.06.2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44325522 Extraído em 16.06.2018

RENAN & MACHADO In: TV FOLHA 23.05.2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774719-em-conversa-gravada-renan-defende-mudar-lei-da-delacao-premiada.shtml Extraído em 18.05.2018

ROSSATO, N**. Comandante da Aeronáutica emite esclarecimento sobre contexto atual do País.** Disponível em: http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/31878/INSTITUCIONAL%20-%20Comandante%20da%20Aeron%C3%A1utica%20emite%20esclarecimento%20sobre%20contexto%20atual%20do%20Pa%C3%ADs. Extraído em 17.05.2018

ROUSSEFF, D. **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff** - Brasília/DF. *In:* Portal Planalto — publicado 12.05.2016. Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-brasilia-df. Extraído em 17.05.2018.

SENRA, R. **'Último prego no caixão de Geisel'**, diz coordenador da Comissão da Verdade sobre memorando da CIA. BBC Brasil em Washington: 11 maio 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091099. Extraído em 18.06.2019

STF reafirma rito aplicado ao processo de impeachment de Fernando Collor 17.12.2015. Disponível em http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=306614. Extraído em 02.04.2018

Temer efetiva general Joaquim Silva e Luna no Ministério da Defesa, Carta Capital, 13.06.2018. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-efetiva-general-joaquim-silva-e-luna-no-ministerio-da-defesa. Extraído em 18.05.2018

VALENTE, R. **Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato.** Folha de São Paulo, 23.05.2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml Extraído em 18.05.2018

Veja o que o chefe do Exército falou na cara do Pedro Bial, YouTube, 20.09.2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gNoqzjxmZTE Extraído em 17.05.2018.

VILLAS BOAS, E. *In* **Twitter**, 03.04.2018. Disponível em: https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336?tfw_site=UOL&ref_src=twsrc%5Etfw&ref_url=https%3A%2F%2Fnoticias.uol.com.br%2Fpolitica%2Feleicoes%2F2018%2Fnoticias%2F2018%2F04%2F04%2Fcelso-de-mello-responde-a-general-do-exercio.htm Extraído em 17.05.2018.

Este livro foi composto por
fonte Garamound, 11 pt
Impresso em preto
Papel Polen Soft 80 g/m² no miolo
Papel Supremo Altoalvura 250 g/m² na capa
no Formato 16 x 23 cm